

RELATÓRIO E CONTAS 2017

91º EXERCÍCIO

ERL ELECTRO
RECLAMO
LIMITADA



CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



RELATÓRIO E CONTAS 2017

2015 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação
2011 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação e Ciência
1987 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação
1985 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação e Cultura
1982 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação
1981 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação e das Universidades
1979 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação e Ciência
1978 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação e Investigação Científica
1978 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação e Cultura
1975 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação e Investigação Científica
1974 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação e Cultura
1936 - Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional
1926 - Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública

70 Anos de História do Património Imobiliário

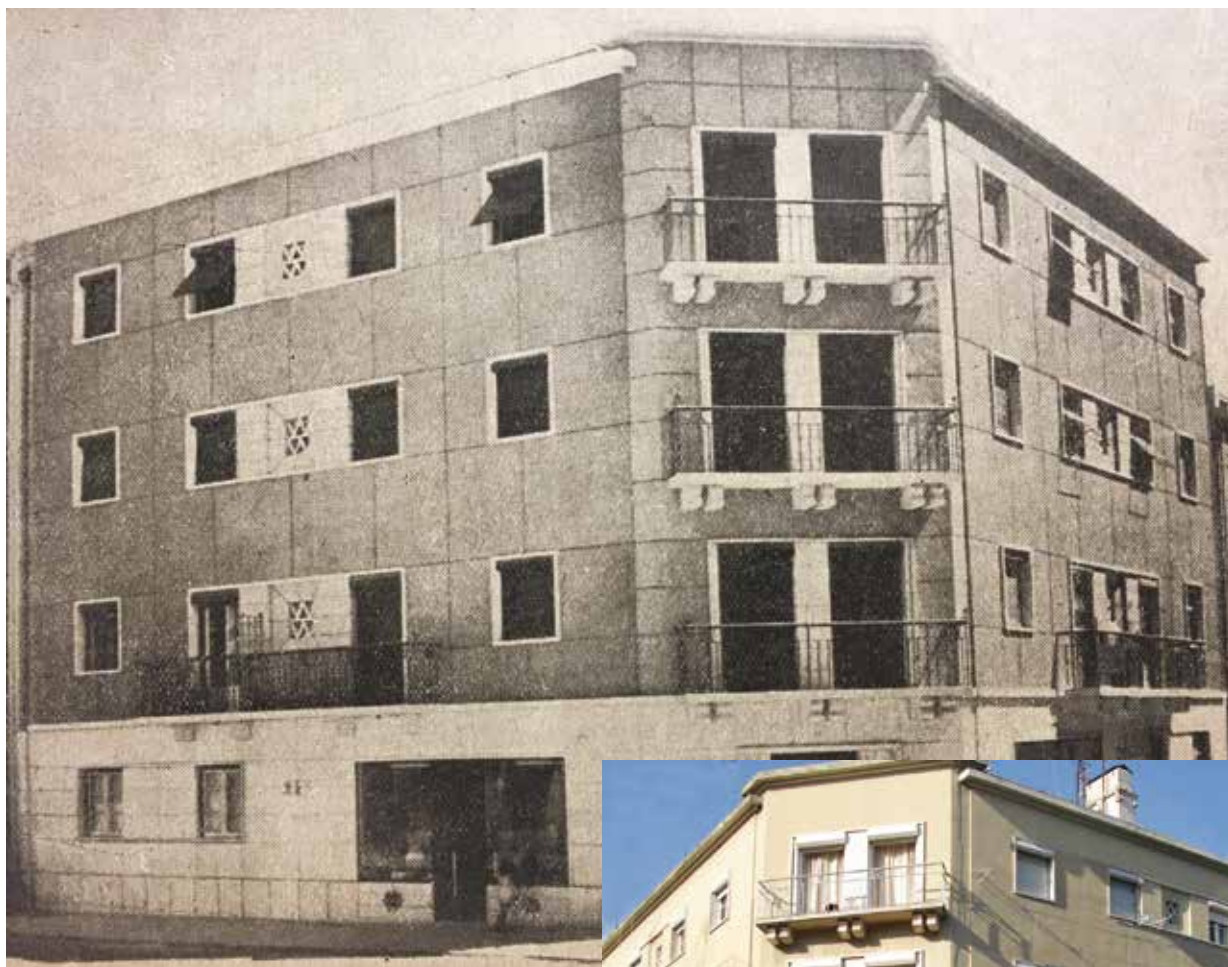


Rua A (às Amoreiras)
14/14A - Lisboa
Compra em 27/01/1947



Actual - Rua D. João V, 14/14A - Lisboa

70 Anos de História do Património Imobiliário



Rua A (ã Rua Lopes)
32/32A, tornejando para a Rua C, 14 - Lisboa
Compra em 9/10/1947



Actual - Rua Braamcamp Freire
36/36A e Rua David Lopes, 14 - Lisboa

A Assembleia Geral Ordinária

Convocatória

Nos termos do disposto no n.º 1, alínea a) do artigo 18.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35 781 de 5 de Agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de Julho, convoco a Assembleia Geral Ordinária da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, a reunir em primeira Convocação no dia 23 de Março de 2018, pelas 17h 30m, na sede da Caixa - Praça D. Pedro IV, n.º 45, 4.º andar, em Lisboa.

Caso não se encontrem presentes metade dos associados abrangidos pelas disposições estatutárias, convoco a mesma Assembleia a reunir em segunda Convocação, no dia 23 de Março de 2018, pelas 18h, podendo então deliberar com qualquer número de associados.

Ordem de Trabalhos

Discussão e votação do Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2017.

Os documentos relativos ao relatório e às contas podem ser examinados pelos associados, na sede da Caixa – Praça D. Pedro IV, n.º 45, 2.º andar, em Lisboa - a partir de 21 de Março de 2018.

De acordo com as disposições estatutárias só podem fazer parte da Assembleia Geral os associados que se encontrem na situação prevista no artigo 15.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35 781 de 5 de Agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de Julho.

Lisboa e Caixa de Previdência do Ministério da Educação, em 19 de Fevereiro de 2018

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
SECRETÁRIO-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
Dr. Raúl Capaz Coelho

R elatório do Conselho de Administração	10
I – A Instituição	11
II – A Atividade Social	12
1. Movimento associativo	12
2. Gestão financeira e patrimonial	15
3. Plano de atividades para 2018	17
4. Síntese do nonagésimo primeiro exercício	20
5. Acordos e protocolos com outras entidades	21
6. Proposta de distribuição do saldo líquido do exercício	21
A gradecimentos	24
R elatório Atuarial	25
R elatório de Auditoria	30
R elatório e Parecer do Conselho Fiscal	33
B alanco e Mapas Anexos	35

R

Relatório do Conselho de Administração

P

Prezados Consócios

No cumprimento das disposições estatutárias, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 35781 de 5 de Agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97 de 29 de Julho, o Conselho de Administração submete à vossa apreciação o Relatório e as Contas do 91.º exercício.

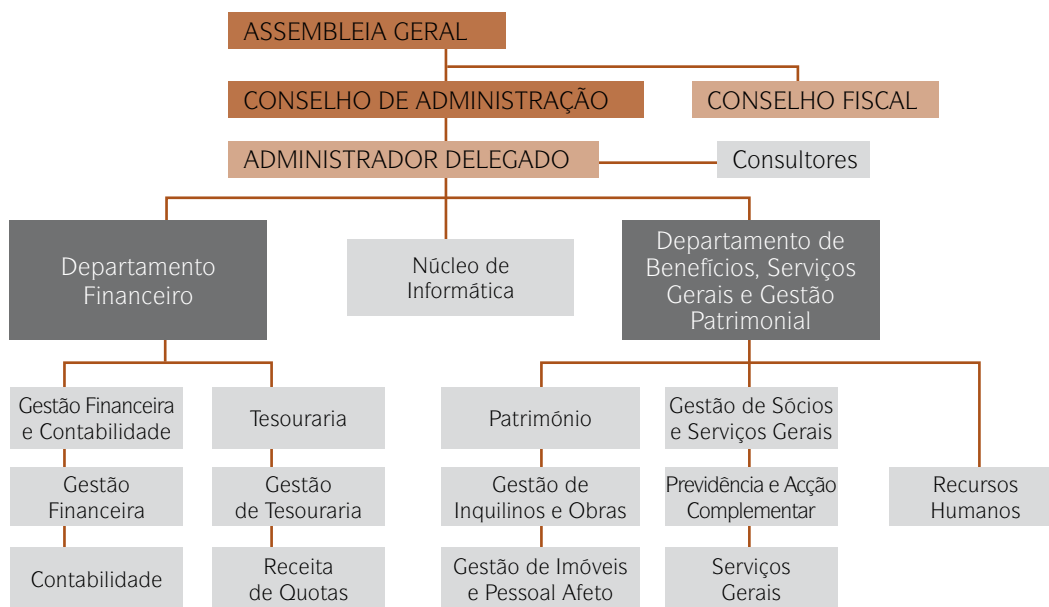
As ações relevantes de 2017 encontram-se pormenorizadas neste relatório.

Ao encerrar este exercício expressamos a todos os associados uma mensagem de solidariedade e agradecimento a quantos nos acompanharam nesta missão.

I – A Instituição

A organização e a gestão da CPME têm como base o organograma que se apresenta, consubstanciado nos estatutos, seu regulamento e no quadro privativo da Instituição.

ORGANOGRAMA EM VIGOR EM 2017



QUADRO DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO

Quadro definido com o organograma supra								
Equiparação remuneratória	Pessoal	Nº	2015		2016		2017	
			01 Jan.	31 Dez.	01 Jan.	31 Dez.	01 Jan.	31 Dez.
Dirigente	Diretor de Departamento	2	2	2	2	2	2	2
Analista de Informática	Analista de Informática	1	1	1	1	1	1	1
Coordenador Técnico	Chefe de Secção	4	4	4	4	4	4	4
Assistente Técnico	Tesoureiro	1	0	0	0	0	0	0
	Assistente Administrativo	14	12	12	12	11	11	11
Assistente Operacional	Telefonista/rececionista	1	0	0	0	0	0	0
	Porteiro	1	1	1	1	0	0	0
	Auxiliar	2	2	2	2	2	2	2
Porteiro - Prédio Urbano	Porteiro - Prédio Urbano	25	23	22	22	20	20	20
	TOTAL	51	45	44	44	40	40	40

II – **A** Atividade Social

A evolução do movimento associativo apresenta-se nos quadros elucidativos, que são complementados através do Relatório Atuarial que faz parte integrante do Relatório e Contas deste exercício.

1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

No plano atual mantém-se o Subsídio por Morte, que esteve na origem da criação da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, e as Modalidades de Seguros iniciadas em 2002, que contemplam o recebimento de Seguros em vida dos sócios, Seguros em benefício dos familiares e, ainda, modalidades de apoio complementar.

Apresenta-se o movimento de sócios, de acordo com a regulamentação específica que se descreve:

Artº 1º dos Estatutos – Subsídio por Morte

1.1. Subsídio por Morte

Em relação ao Subsídio por Morte, apresenta-se o desenvolvimento no último triénio:

SUBSÍDIO POR MORTE (ARTº. 1º DOS ESTATUTOS)

Anos	Nº Início do ano	Falecidos		Transf. em renda vitalícia	Anulação susp.	Demissão ativos	Sócios contribuintes		
		Susp.	Com direitos				Total	Direitos susp.	A pagar quotas
2015	11 492	0	247	8	0	3	11 234	810	10 424
2016	11 234	19	250	10	1	2	10 952	796	10 156
2017	10 952	25	230	14	20	2	10 661	756	9 905

Em 31/12/2017, a idade média destes sócios elevou-se a 73 anos.

Identificam-se, a seguir, todas as alterações ocorridas em 2017 na modalidade de Subsídio por Morte, a que se refere o artº 1º dos estatutos vigentes:

MOVIMENTO DE SÓCIOS	
Transformação em renda vitalícia	14
Falecidos (ativos à data do óbito)	230
Demissões	2
Falecidos (suspensos à data do óbito)	25
Anulação de suspensos	20
Suspensão de direitos	12
Reaquisição de direitos	5
Suspensões eliminadas (por óbito)	2
Sócios a pagar quotas	9 905
Sócios com direitos suspensos	756
TOTAL DE SÓCIOS	10 661

Dos 9 905 subscritores de Subsídio por Morte que têm direito a rateio, é de 283,21 % o valor médio do quociente Subsídio total/Total de quotas pagas.

O benefício do rateio sobre o subsídio subscrito é realçado no quadro seguinte, relativo a sócios falecidos no período, na situação de ativos à data do óbito:

SUBSÍDIOS LEGADOS

Valores em euros

Anos	Sócios falecidos	Subsídios subscritos	Rateios atribuídos	Total legado
2015	247	42 794,56	81 771,09	124 565,65
2016	250	74 601,91	94 496,14	169 098,05
2017	230	65 954,20	97 443,18	163 397,38

1.2. Rendas Vitalícias constituídas e em vigor

A Renda Vitalícia resulta da transformação da reserva matemática do Subsídio por Morte, após a aposentação do sócio.

O quadro seguinte reflete a evolução verificada no último triénio.

RENDAS VITALÍCIAS CONSTITUÍDAS E EM VIGOR

Valores em euros

Beneficiários / Valor	2015	2016	2017
Transformação em renda vitalícia	8	10	14
Sócios pensionistas	345	342	324
Beneficiários de sócios	56	53	41
Beneficiários do extinto Montepio do Professorado Primário	28	26	16
Totais	429	421	381
Rendas vitalícias (s/bonificação)	24 767,68	25 812,79	25 894,87

1.3. Novas Modalidades – Criadas em 2002 e 2008

No âmbito das Novas Modalidades, são disponibilizados oito seguros diferentes, em benefício do sócio, do sócio/família e da família do sócio

O movimento de sócios e subscrições, no triénio, disponibiliza-se no quadro seguinte:

BENEFÍCIOS A QUE SE REFERE O ARTº. 1º A DOS ESTATUTOS

Ano	SR	SL	Seg.Pross. Estudos	Capitais Dif.c/Opção	C.D.Opção Liberação p/venc fração	Total Subscrições	Total Novos sócios
2015	8	15	0	0	0	23	14
2016	11	11	0	0	0	22	10
2017	4	19	2	1	1	27	12

A idade média destes sócios eleva-se a 57,04 anos.

As informações sobre as Novas Modalidades, subscritas ao abrigo do artº 1º A dos estatutos, completam-se com os movimentos ocorridos em 2017

SUBSCRIÇÕES NO EXERCÍCIO – 27

Capitais Diferidos com opção	1
Capitais Diferidos com opção – Reaplicação por vencimento de fração	1
Seguro de Lazer	19
Seguro de Prosseguimento de Estudos	2
Seguro de Reforma	4

NOVOS SÓCIOS – 12

Seguro de Lazer	9
Seguro de Prosseguimento de Estudos	1
Seguro de Reforma	2

TOTAL DE SUBSCRIÇÕES EM FORMAÇÃO

437

TOTAL DE SUBSCRIÇÕES EM CURSO

6

Último número de inscrição em 31/12/2017 32 125

BENEFÍCIOS VENCIDOS – 16

Capitais Diferidos com Opção (1ª fração)	1
Seguro de Lazer	5
Seguro de Maioridade	1
Seguro de Pensões de Reforma	1
Seguro de Prosseguimento de Estudos	1
Seguro de Reforma	7

LEVANTAMENTO DE QUOTAS PURAS – 6

Com perda da qualidade de sócio

Seguro de Lazer	2
Seguro de Reforma	1

Sem perda da qualidade de sócio

Seguro de Lazer	3
-----------------	---

RESTITUIÇÃO DE QUOTAS PURAS, POR ÓBITO – 2

Seguro de Lazer	2
-----------------	---

REDUÇÃO POR DÍVIDA - 2

Com perda da qualidade de sócio

Seguro de Reforma	2
-------------------	---

BENEFÍCIOS LIQUIDADOS

Valores em euros

Ano	Subscrições vencidas	Levantamento quotas puras	Restituição quotas puras/ por óbito	Resgate R. Matemáticas
2015	30 254,02	16 382,93	0,00	0,00
2016	49 281,39	27 385,81	0,00	794,02
2017	108 089,84	9 744,77	3 218,60	0,00

Relativamente aos beneficiários das rendas vitalícias e sócios em geral, as provisões matemáticas aumentaram de 6.925 687,78 euros, em 2016, para 7.172. 483,89 euros, em 2017. A diferença verificada de 246 796,11 euros justifica-se através do movimento de sócios assinalado e o aumento da idade média respetiva. O quadro-resumo para Reservas Matemáticas em 31/12/2017, consta do Relatório Atuarial.

2. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. Títulos da Dívida Pública

Os Títulos da Dívida Pública consolidados de 1940 e de 1942 apresentam, à data de 31 de Dezembro de 2017, uma cotação de 59 064,38 euros, inferior ao preço de compra, sendo a menos valia de 13 985,08 euros. Porém, como as taxas de rendimento fixo de 4% e 3% se aplicam sobre o valor nominal de 74.435,61 euros, o rendimento mantém-se.

A evolução dos últimos anos é discriminada no quadro que se segue:

CARTEIRA GLOBAL DE TÍTULOS – CONSOLIDADOS DE 1940 E 1942

Valores em euros

Anos	Cotações			Rendimento
	Compra	31 de Dezembro	Valias (+ /-)	
2015	73 049,46	55 348,06	-17 701,40	2 293,25
2016	73 049,46	57 379,12	-15 670,34	2 301,87
2017	73 049,46	59 064,38	-13 985,08	2 300,38

2.2. Aplicações Financeiras - Obrigações

Em 2 de Fevereiro de 2015 foram adquiridas obrigações cuja valorização segue o critério exposto para os Títulos da Dívida Pública que esta Caixa detém e que constam da nota 11.2 das Notas às Demonstrações Financeiras. Os valores das obrigações em 31 de Dezembro de 2017 estão inscritos no quadro seguinte:

MAPA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - OBRIGAÇÕES (BANCO BPI)

Designação	Quantidade	V. Nominal Unitário	Montante ao Valor Nominal	Data de Compra	Valor de Compra	Maturidade	Saldo Ajustamentos de valor efetuados em 01/01/2017	Ajustamentos valor em 2017		Saldo Ajustamentos de valor efetuados em 31/12/2017	Reembolsos em 2017		Valor de Cotação em 31/12/2017
								Aumentos	Reduções		Valor reembolsado	Perdas Aquisição	
BIAL TV 2019	5	10 000,00	50 000,00	02/02/2015	50 754,40	10/07/2019	383,28	222,80	0,00	606,08	0,00	0,00	51 360,48
IMPRESA SGPS TV	3	50 000,00	150 000,00	02/02/2015	152 056,56	12/11/2018	-1 533,68	0,00	-2 000,61	-3 534,29	0,00	0,00	148 522,27
JOSE SAUDE 2019	10	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	102 373,26	09/06/2019	-1 219,62	731,56	0,00	-488,06	0,00	0,00	101 885,20
MEDIA CAP.14-19	10	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	100 571,35	14/07/2019	-4 283,91	2 703,98	0,00	-1 579,93	-20 000,00	0,00	78 991,42
MOTA E.SA-5.5%	15	10 000,00	150 000,00	02/02/2015	158 175,91	22/04/2019	-12 662,41	10 544,83	0,00	-2 117,58	0,00	0,00	156 058,33
PARPUB-3.567% 20	150	1 000,00	150 000,00	02/02/2015	158 081,16	22/09/2020	-767,77	5 752,68	0,00	4 984,91	0,00	0,00	163 066,07
SAUDACOR-TV-2017	10	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	100 008,63	03/07/2017	1 384,93	0,00	-1 384,93	0,00	-100 000,00	-8,63	0,00
SEMAPA 2014/2019	150	1 000,00	150 000,00	02/02/2015	157 401,32	17/04/2019	-3 350,11	603,99	0,00	-2 746,12	0,00	0,00	154 655,20
TOTAIS			950 000,00		979 422,59		-22 049,29	20 559,84	-3 385,54	-4 874,99	-120 000,00	-8,63	854 538,97

2.2.3. Depósitos Bancários e o conjunto do investimento (exceto imóveis)

A gestão das aplicações financeiras, constituídas no âmbito das disposições estatutárias, obriga ao prudente acompanhamento que o contexto económico aconselha.

Os quadros seguintes refletem a composição do investimento e o respetivo rendimento no último triénio.

COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em euros

Anos	Dep. a Prazo	Títulos da Dívida Pública	Obrigações (Corporate Bonds)	Empréstimos Habitação e Seguros	Totais
2015	3 774 000,00	73 049,46	979 422,59	253 946,31	5 080 418,36
2016	4 641 000,00	73 049,46	979 422,59	230 065,94	5 923 537,99
2017	6 100 000,00	73 049,46	859 413,96	203 218,51	7 355 690,56

RENDIMENTO DESTAS APLICAÇÕES

Valores em euros

Anos	Dep. a Prazo	Títulos da Dívida Pública	Obrigações (Corporate Bonds)	Empréstimos Habitação e Seguros	Totais
2015	42 356,40	2 293,25	43 399,01	14 144,02	102 192,68
2016	26 594,14	2 301,87	37 140,85	13 348,73	79 385,59
2017	21 929,95	2 300,38	34 408,82	11 919,44	70 558,59

2.3. Exploração dos Prédios de Rendimento

O património imobiliário da Caixa de Previdência do Ministério da Educação é o garante das responsabilidades assumidas no plano associativo.

Com base neste princípio, definido estatutariamente, tem merecido especial atenção o acompanhamento das obras de manutenção dos imóveis adquiridos ao longo dos anos de vida da Caixa, cuja história tem sido evidenciada nos relatórios anuais.

Destacam-se, no exercício de 2017, as grandes obras que constam do mapa dos imóveis anexo ao Balanço no contexto deste Relatório e Contas.

As grandes reparações que foram iniciadas e concluídas no exercício de 2017 totalizam 381 625,84 euros, conforme destaque no mapa dos prédios de rendimento. Estas obras contribuíram para a valorização dos imóveis e beneficiaram os seguintes: Rua Forno do Tijolo, 10/10A (início das obras de conservação geral do edifício e dos andares); Av. Visconde Valmor, 75/75-B (conclusão das obras de conservação geral do edifício); Calçada Palma de Baixo, 9 (início das obras de substituição das colunas de gás e água e conservação geral da escada); Av. Estados Unidos da América, 38/38-A (substituição das colunas de gás, água e conservação geral da escada).

Além destas obras foram realizadas outras que contribuem para a valorização dos edifícios e que refletem a benfeitoria das habitações, as quais se destacam: Rua Sampaio Pina, 2/14 (início das obras de remodelação e conservação do 3º Dt.); Rua Augusto José Vieira, 26 (cave Esq., r/ch Dt. e 1º Esq.); Rua Augusto José Vieira, 28 (1º Dt., 3º Dt. e Esq.); Av. Estados Unidos da América, 113 (6º Esq.); Av. Estados Unidos da América, 38 (4º Esq).

As obras assinaladas constam das notas às demonstrações financeiras - nota 6.2 Valorização das propriedades -.

De acordo com a legislação em vigor, todas as obras estão a ser objeto de procedimento em Portal e publicitadas no “site” da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

No âmbito da gestão dos arrendamentos concretizaram-se, no exercício, 12 novos contratos, de natureza habitacional e não habitacional.

O quadro seguinte identifica os dados estatísticos do triénio.

INVESTIMENTO E EXPLORAÇÃO DE IMÓVEIS

Valores em euros

Referências	2015	2016	2017
Investimento (Grandes obras)	787 240,52	452 944,63	381 625,84
Rendas cobradas e Benef. de penalidades contratuais	2 664 463,31	2 929 619,98	3 070 954,44
Despesas de exploração	812 214,53	638 964,20	562 714,24
Resultado de exploração	1 852 248,78	2 290 655,78	2 508 240,20

3. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2018

“Nos termos da alínea e) do Art.º 20º dos Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, na sua redação do Decreto-Lei nº .193/97, de 29 de Julho, o Conselho de Administração elaborou o programa de atividades para o exercício de 2018, que contempla o seguinte plano, com base nos Departamentos que integram o organograma aprovado para o mesmo ano:

1. ÁREA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS GERAIS

1.1. Atribuição aos sócios dos benefícios estatutários

Estes incluem, designadamente:

- a) Atribuir subsídios por morte aos herdeiros dos sócios falecidos;

- b) Atribuir rendas vitalícias, instituídas pelo sócio, através da transformação do valor do subsídio constituído;
- c) Atribuir seguros sociais e benefícios, nos termos do regulamento aprovado;
- d) Projetar novas modalidades de seguros sociais para maior cobertura no âmbito da proteção do sócio e da sua família;
- e) Conceder aos sócios empréstimos de âmbito social: para construção ou compra de habitação própria; para obras em casa própria; para ocorrer a despesas com cuidados de saúde do sócio ou do seu agregado familiar; para aquisição de equipamento educativo e profissional, bolsas de estudo ou ainda para outras finalidades, que se encontrem estabelecidas estatutariamente;
- f) Conceder empréstimos, não incluídos na alínea anterior, aos sócios subscritores de determinadas modalidades de seguro que os permitam, sobre o valor das respetivas reservas matemáticas, nuns casos, ou sobre o valor das quotas pagas, noutros casos.
- g) Garantir aos sócios a preferência, em igualdade de circunstâncias, o arrendamento de fogos em imóveis de propriedade da Caixa.

1.2. Divulgação dos benefícios concedidos pela CPME

O mercado potencial da Caixa de Previdência é constituído pelo universo dos profissionais que exercem ou exerceram funções docentes ou não docentes nos Ministérios da Educação e da Ciência e nos Serviços por eles tutelados, bem como no ensino particular e cooperativo.

Como o “site” da CPME detalha a diversidade de benefícios disponibilizados, no âmbito das modalidades para Benefícios Sociais e a sua vertente da poupança, reforma/lazer e outros em benefício dos sócios e das suas famílias e, ainda, os empréstimos e outras atividades, projeta-se a sua atualização e modernização.

2. ÁREA DA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Coligir as diretrizes internas e a legislação aplicáveis ao pessoal da Instituição.

Prosseguir as ações de formação do pessoal.

3. ÁREA DO PATRIMÓNIO

Os imóveis de propriedade da Caixa integram o seu capital financeiro constituindo a principal fonte de autofinanciamento e destinando-se a assegurar os pagamentos decorrentes da atividade de benefícios sociais e outros.

O número de prédios e a sua antiguidade obrigam a programas e cuidados específicos em obras de conservação que compreendem entre outras: conservação exterior; remodelação de elevadores; colunas de gás, eletricidade e águas.

Assim, considera-se prioritário prosseguir as ações atinentes à beneficiação dos edifícios com vista ao arrendamento.

4. ÁREA FINANCEIRA

4.1. Tesouraria

Proceder aos pagamentos e recebimentos diversos.

Assegurar que os excedentes de tesouraria são investidos, nos termos estatutários, por forma a maximizar o rendimento dos meios financeiros.

4.2. Contabilidade

Assegurar o registo e controlo financeiro de todas as operações realizadas pelas diversas áreas da CPME.

Assegurar a prestação das contas (mensais e anuais).

Garantir que se mantêm os sistemas de controlo interno.

5. ÁREA INFORMÁTICA

Garantir o funcionamento regular dos equipamentos informáticos e do software utilizado na CPME, quer por intervenção direta, quer por acompanhamento junto das respetivas empresas de manutenção.

Assegurar a execução dos processamentos periódicos de quotas de sócios, empréstimos, rendas vitalícias, pensões de reforma e rendas de imóveis.

Assegurar o final da implementação da aplicação STI/Link de modo a garantir a fiabilidade da entrada efetiva em produção.

6. CLASSIFICAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Planificar o início da gestão documental, com vista ao desenvolvimento corrente.

Efetuar o levantamento, em termos de hardware e software, para resposta ao programa a implementar, com base na classificação especializada de documentos para digitalização e reorganização em termos correntes e segundo planos de modernidade, economia de espaço e facilidade de consulta.

7. RENEGOCIAÇÃO COM A FUNDAÇÃO INATEL DAS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DOS PAVILHÕES DE FÉRIAS NA FOZ DO ARELHO

Prosseguir as negociações com a INATEL, no âmbito da escritura e convenção celebradas em 21 de Março de 1966, de modo a rentabilizar os recursos decorrentes dos dois pavilhões propriedade da Caixa, na Foz do Arelho.

8. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGULAMENTARES

Reanalisar o projeto de alteração dos Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação e o seu Regulamento, adequando-os à evolução da conjuntura.” (Fim de transcrição do plano estratégico).

4. SÍNTESE DO NONAGÉSIMO PRIMEIRO EXERCÍCIO

4.1. As Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 foram preparadas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º.36-A/2011, de 9 de Março. Este regime integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º.158/2009, de 13 de Julho, que tem sido adotado pela Caixa de Previdência do Ministério da Educação desde o exercício de 2010.

O desenvolvimento destes processos encontra-se detalhado no Balanço, nas Notas às Demonstrações Financeiras e demais elementos que compõem o Relatório e Contas do exercício de 2017.

4.2. Evolução sobre as parcelas de rendimento

Indica-se de seguida a evolução no triénio sobre as parcelas de rendimento e respetivas taxas:

Tipos de rendimento	Posição relativa das parcelas de rendimento (%)			Taxas médias de rendimento (%)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Depósitos em Bancos	7,03	7,63	9,48	1,12	0,64	0,41
Prédios de Rendimento	90,52	89,99	88,28	5,46	5,96	6,16
Títulos da Dívida Pública	0,13	0,13	0,13	3,14	3,15	3,15
Obrigações (Corporate Bonds)	1,83	1,80	1,70	4,43	3,79	3,60
Hipotecas para Habitação	0,36	0,32	0,29	5,57	5,52	5,46
Hipotecas para Obras	0,12	0,11	0,10	4,97	5,06	5,17
Emprést. Apoio à Família	0,01	0,01	0,01	5,29	4,53	4,87
Emprést. Sobre Quotas Pagas	(a)0.00	0,01	0,01	0,96	6,10	4,88
Taxa geral de rendimento				5,13	5,48	5,57

(a) O valor exato é de 0.00025%

5. ACORDOS E PROTOCOLOS COM OUTRAS ENTIDADES

Mantêm-se os acordos e protocolos com diversas entidades na área do turismo, da assistência e das clínicas médicas e outros, com o benefício de descontos para os sócios que diretamente contactam as entidades pretendidas cuja publicitação se encontra disponível no “site” desta Caixa em www.cpme.pt.

6. PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Descritos os pontos relevantes deste exercício, apresentamos a proposta de aplicação do resultado, com base nas disposições estatutárias.

Seguindo os critérios de prudência adotados descreve-se, a seguir, a fundamentação da proposta de aplicação do resultado, com o reforço das reservas estatutariamente definidas e a distribuição de melhorias pelos subscritores.

O exercício de 2017 foi concluído com um resultado líquido de **1 389 317,06** euros.

Nestas circunstâncias, propomos que se mantenha:

- 1º - O critério que vem sendo adotado na distribuição da parte do resultado destinado a melhorias, com o objetivo de seguir um procedimento uniforme para todas as modalidades de seguros sociais e que contemple equitativamente todas as subscrições;
- 2º - De acordo com o acima indicado, o critério na distribuição do resultado, contempla:
 - a) – O reforço do Fundo de Reserva Legal, de acordo com o valor fixado no parágrafo 3º do artº 23º dos Estatutos;

- b) - O reforço do Fundo de Reserva Extraordinária;
- c) - O reforço da Reserva Extraordinária para beneficiação de imóveis;
- d) - A distribuição de uma parte, sob a forma de melhorias, pelas subscrições das diversas modalidades de previdência;
- e) - A valorização das rendas vitalícias em pagamento, ainda como parte da distribuição do resultado destinado a melhorias, nas seguintes condições:
 - e1) - Manter o valor da renda mínima anual em 18 euros;
 - e2) - Valorizar as demais rendas em 2%, sobre o valor processado no ano anterior;
 - e3) - Excluir dessa valorização de 2% as rendas iniciadas em 2017 e 2018.

Nestes termos propomos, ainda:

1º - Que se aprove o seguinte procedimento para a distribuição da parte do resultado do exercício destinada a melhorias das subscrições de todas as modalidades de previdência:

- a) Repartição do valor atribuído, proporcionalmente ao valor global das reservas matemáticas constituídas para cada modalidade (incluindo a prevista no artº 1º dos Estatutos);
- b) Distribuição do valor global correspondente a cada modalidade, por cada uma das respetivas subscrições, proporcionalmente ao montante das quotas pagas, para cada uma delas.

2º Que nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artº 23º dos Estatutos e, de acordo com o critério definido no número 1º, propomos, também, que ao resultado do exercício, de **1.389.317,06** euros, seja dada a seguinte aplicação (valores em euros):

a) - Para Fundo de Reserva Legal (20%)	277 863,41
b) - Para Fundo de Reserva Extraordinária (31 %)	430 688,29
c) - Para Reserva Extraordinária para Beneficiação de Imóveis (33,5%)	465 421,21
d) - Para distribuição pelos subscritores das diversas modalidades de previdência, na plenitude dos seus direitos sociais em 31/12/2017, 15% (208 397,56), assim repartidos:	
■ Subsídio por Morte	163 982,60
■ Seguro de Vida Inteira	3 146,30
■ Pensões de Reforma - Formação	3 661,56
■ Pensões de Reforma – Curso	1 152,72
■ Seguro de Reforma	18 128,64
■ Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação	298,47
■ Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso	249,56
■ Seguro de Maioridade	270,71
■ Seguro de Lazer	17 398,60
■ Capitais Diferidos com Opção	108,40
e) - Para complemento das pensões de renda vitalícia a pagar durante o ano de 2018, nas condições atrás indicadas (0,5%)	6 946,59

Total	1.389 317,06
--------------	---------------------

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

António Manuel Dias Farinha

Maria de Fátima Lencastre Silva

Alípio Marques Magalhães Fernandes

José da Graça Lourenço Quitério

Libânia Madalena Mateus Morais Mamede

Agradecimentos

ÓRGÃOS SOCIAIS

O Conselho de Administração apresenta a todos quantos o acompanharam na Mesa da Assembleia Geral e no Conselho Fiscal, a expressão do nosso agradecimento pelo empenho demonstrado na participação da vida associativa desta Caixa.

FUNCIONÁRIOS E DEMAIS COLABORADORES

Aos Funcionários e demais Colaboradores a expressão dos nossos agradecimentos pela sua participação empenhada no desenvolvimento de um projeto social e de solidariedade profissional.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
António Manuel Dias Farinha
Maria de Fátima Lencastre Silva
Alípio Marques Magalhães Fernandes
José da Graça Lourenço Quitério
Libânia Madalena Mateus Morais Mamede

R

elatório Atuarial

31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em 31 de Dezembro de 2017, a **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** contava 443 subscrições nas novas modalidades de seguro social, o que representa um acréscimo de duas unidades em relação ao ano anterior. No número indicado estão incluídas seis subscrições já em curso.

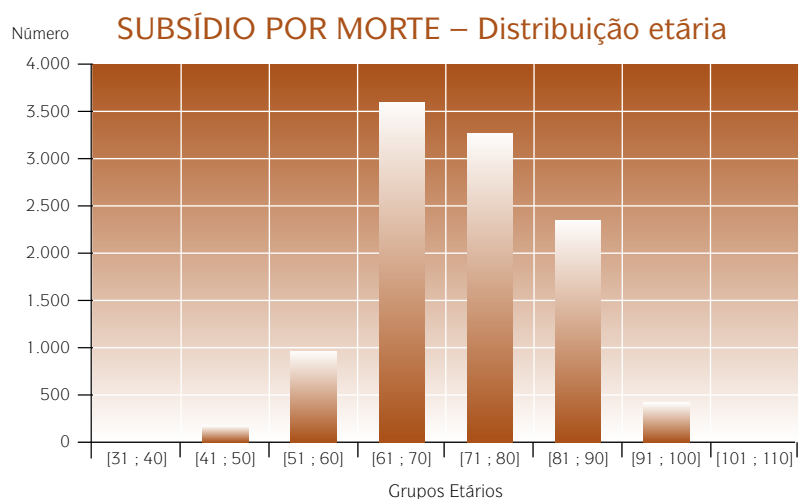
Continuaremos a distinguir as modalidades antigas das introduzidas em 2002 e 2009, uma vez que não é prático comparar os valores quantificados relativamente a umas e outras. Em todos os quadros, as grandezas financeiras estão expressas em euros.

1. MODALIDADES ANTIGAS

No final do ano de 2017 havia 10.661 subscrições em Subsídio por Morte (das quais 756 dizem respeito a sócios suspensos) e 381 Rendas Vitalícias. O número de subscrições em Subsídio por Morte diminuiu 2,7% e o número de sócios suspensos diminuiu 40 unidades. O quadro que se segue mostra a distribuição das subscrições, sendo as Rendas Vitalícias expressas pelo seu valor anual.

Modalidades	Número de subscrições	Valores subscritos e melhorias	Quotização anual
Subsídio por Morte	10.661	8.438.139,81	138.073,80
Rendas Vitalícias	381	26.148,36	

No gráfico que se insere de seguida apresenta-se a distribuição etária dos sócios subscritores de Subsídio por Morte, incluindo os suspensos.



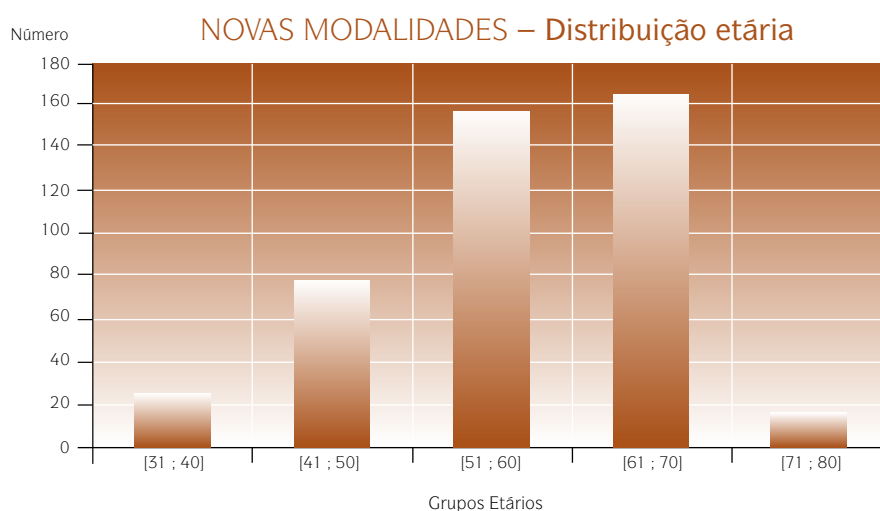
A idade média desta população é agora 73 anos. Se se tivessem considerado também os subscritores das novas modalidades, a idade média seria 72 anos.

As reservas matemáticas referentes ao Subsídio por Morte e às Rendas Vitalícias totalizam **5.677.243,52 €**, assim distribuídos:

Modalidades	Reservas matemáticas
Subsídio por Morte	5.520.513,35
Rendas Vitalícias	156.730,17
Total	5.677.243,52

2. MODALIDADES INTRODUZIDAS EM 2002 E EM 2009

Estas modalidades contam com 443 subscritores. A distribuição etária dos subscritores é a seguinte:



Comparando com o gráfico de há um ano, verifica-se uma diminuição nos três primeiros grupos, e um aumento significativo no quarto grupo, evidenciando um envelhecimento da população.

Pode agora ser apreciada a distribuição destas subscrições. Registam-se as idades médias e os valores atuais dos capitais subscritos, das melhorias e da quotização mensal. As subscrições de Pensões de Reforma referem-se ao valor anual e as de Seguro de Prosseguimento de Estudos referem-se a uma semestralidade. Continua evidente a preferência dos subscritores por duas das modalidades, entre as que têm ao seu dispor:

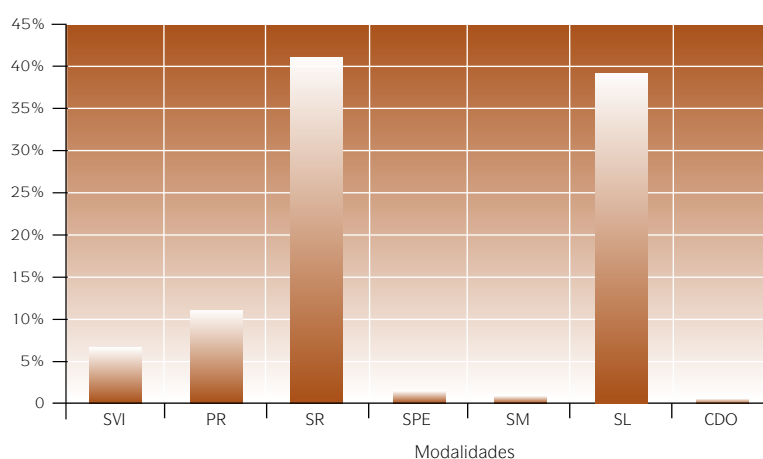
Modalidades	Número	Idade média	Valores atuais		
			Subscrições	Melhorias	Quotas mensais
Seguro de Vida Inteira	21	65	230.221,33	11.436,65	639,12
Pensões de Reforma - Formação	8	52	22.572,91	1.112,58	608,15
Pensões de Reforma - Curso	3	65	3.254,85	260,20	
Seguro de Reforma	176	55	1.097.784,30	40.927,52	5.006,44
S. Prosseg. Estudos - Formação	3	54	1.600,00	7,49	18,58
S. Prosseg. Estudos - Curso	3		1.245,99	103,24	
Seguro de Maioridade	6	55	12.907,10	562,73	54,79
Seguro de Lazer	218	58	1.137.981,03	40.008,79	5.713,88
Capitais Diferidos com Opção	5	66	7.755,98	233,04	13,91
Totais	443	57			12.054,87

As reservas matemáticas destas subscrições (incluindo as melhorias) ascendem a **1.495.240,37 €**, parceladas do seguinte modo:

Modalidades	Reservas matemáticas		
	Subscrições	Melhorias	Totais
Seguro de Vida Inteira	98.412,50	7.508,61	105.921,11
Pensões de Reforma - Formação	116.198,68	7.068,55	123.267,23
Pensões de Reforma - Curso	35.931,56	2.874,96	38.806,52
Seguro de Reforma	579.889,05	30.415,85	610.304,90
Seg. de Prosseg. de Estudos - Formação	9.976,28	71,90	10.048,18
Seg. de Prosseg. de Estudos - Curso	7.713,14	688,43	8.401,57
Seguro de Maioridade	8.645,75	467,88	9.113,63
Seguro de Lazer	555.932,54	29.795,38	585.727,92
Capitais Diferidos com Opção	3.514,83	134,48	3.649,31
Totais	1.416.214,33	79.026,04	1.495.240,37

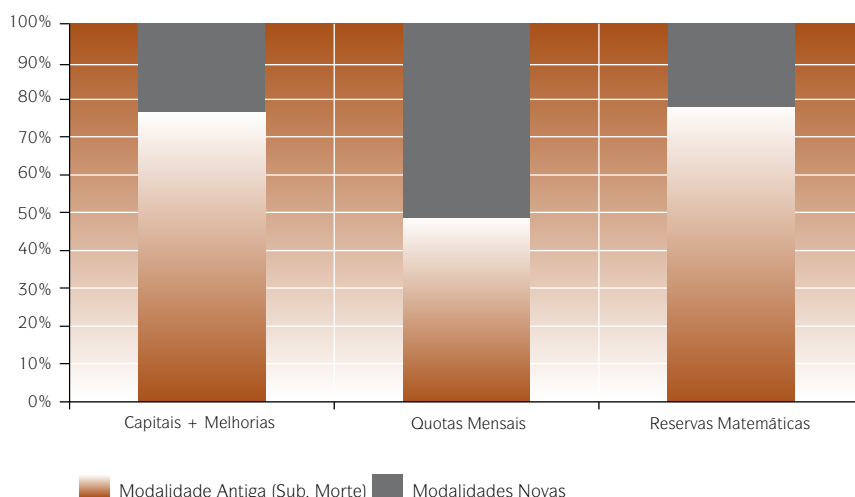
O seguinte gráfico mostra a distribuição percentual destas reservas, sendo as modalidades representadas pelas suas iniciais (SVI-Seguro de Vida Inteira; PR-Pensões de Reforma; SR-Seguro de Reforma; SPE-Seguro de Prosseguimento de Estudos; SM-Seguro de Maioridade; SL-Seguro de Lazer; CDO-Capitais Diferidos com Opção):

MODALIDADES INTRODUZIDAS EM 2002 E 2009 RESERVAS MATEMÁTICAS



Pode agora fazer-se a comparação entre estas modalidades e a antiga:

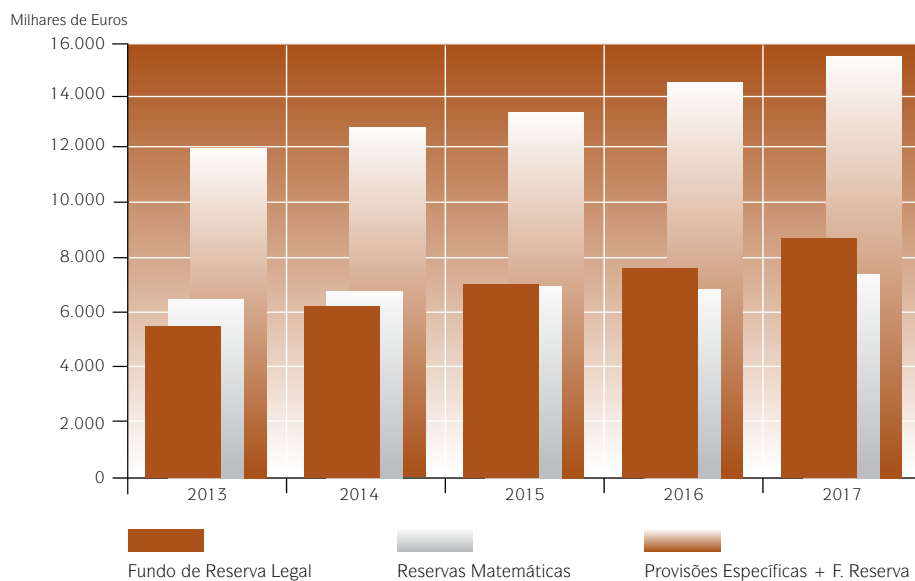
MODALIDADES NOVAS E ANTIGA



Finalmente as quotas mensais das modalidades novas superam as do Subsídio por Morte, apesar do número de subscrições em Subsídio por Morte ser cerca de 24 vezes maior que o número de subscrições nas modalidades novas.

Insere-se, seguidamente, um gráfico que mostra a evolução das reservas matemáticas totais e a sua cobertura nos últimos cinco anos. Podemos verificar que se acentuou a evolução positiva das grandezas quantificadas.

RESERVAS MATEMÁTICAS E FUNDOS EVOLUÇÃO



As reservas matemáticas totalizam agora **7.172.483,89 €**, valor integralmente coberto pelo ativo líquido da Caixa. A situação técnico-atuarial mantém-se muito boa.

Lisboa, 8 de fevereiro de 2018

O Atuário,

Nuno José Botto dos Reis Rodrigues

Atuário Titular pelo Instituto dos Actuários Portugueses

R Relatório de Auditoria

Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Caixa de Previdência do Ministério da Educação (CPME)**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 42.956,19 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 34.965,94 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.389,32 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório do conselho de administração nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório do conselho de administração com as demonstrações financeiras.

Relato Sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares **Sobre o relatório do Conselho de Administração**

Em nossa opinião, o relatório do conselho de administração foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2018

PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Paulo Jorge Macedo Gamboa
(ROC n.º 1068 / CMVM n.º 20160680)

R Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

R Relatório

O Conselho Fiscal vem submeter o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, no cumprimento do disposto nos artigos 21.º dos estatutos e 85.º do regulamento estatutário da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

Analizado o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras que fazem parte desta publicação do Relatório e Contas do 91.º exercício, relativo ao ano de 2017, o Conselho Fiscal considera cumpridos os procedimentos legais, salientando que acompanhou com ponderação o Relatório dos auditores externos PKF & Associados, SROC, Lda, e o Relatório Atuarial do Atuário Dr. Nuno Rodrigues, que fazem parte do conjunto de elementos do relatório de 2017.

A atividade do exercício reflete o esforço que continua a ser desenvolvido na gestão do património com o benefício direto da atividade social preconizada estatutariamente.

Conclui o Conselho Fiscal que a situação económica e financeira da Caixa de Previdência do Ministério da Educação mantém-se estável e sustentada.

Agradecemos a mensagem deixada pelo Conselho de Administração, assim como acompanhamos o reconhecimento manifestado aos demais Órgãos Sociais, aos Trabalhadores e restantes Colaboradores da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

Parecer

Nos termos do exposto e no acompanhamento das medidas tomadas pelo Conselho de Administração, em relação ao exercício de 2017, propõe-se:

1. Que se aprove o relatório do Conselho de Administração;
2. Que se aprovem as contas que compõem as Demonstrações Financeiras;
3. Que se aprove a distribuição do resultado do exercício, nos termos propostos pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 2 de Março de 2018

O CONSELHO FISCAL

Henrique Alberto de Moura Portugal Sobral

Cristina Maria Carapeto Pereira

Jorge Carvalho Arroiteia

B Balanço e mapas anexos

B Balanço
Em 31 de Dezembro de 2017

D Demonstração dos Resultados por Naturezas
Em 31 de Dezembro de 2017

D Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
Em 31 de Dezembro de 2017

D Demonstração Individual das Alterações
nos Fundos Patrimoniais
Períodos de 2016 e 2017

N Notas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Q Quadros Complementares
Dos Gastos
Dos Rendimentos

B Balanços
Mapa comparativo dos Últimos Dois Exercícios

M Mapa de Imóveis

D Dados Estatísticos
Mapa comparativo dos Últimos Cinco Exercícios

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	3.1, 5, 13.2.1	1 866 985,49	1 914 210,00
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento	3.2, 6.1, 6.2, 7, 13.2.1	33 598 259,02	33 463 021,94
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	2, 3.9.3, 8, 11.3, 11.4, 13.2.1	186 924,08	202 421,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/as-sociados/membros		0,00	0,00
		35 652 168,59	35 579 653,37
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/as-sociados/membros	3.9.1, 8, 11.4, 13.2.1	4 138,20	6 210,21
Outros créditos a receber	3.9.1, 8, 11.4, 13.2.1, 13.2.2.1	9 128,03	26 057,54
Diferimentos	13.2.2.2	8 493,47	9 362,44
Outros ativos financeiros	2, 3.9.3, 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 13.2.1	929 934,82	1 042 399,87
Caixa e depósitos bancários	3.9.2, 4	6 352 322,66	4 847 038,81
		7 304 017,18	5 931 068,87
Total do ativo		42 956 185,77	41 510 722,24

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (CONTINUAÇÃO)

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	3.6, 13.2.1	8 557 171,84	7 552 816,06
Resultados transitados	2, 3.6, 13.2.1	25 019 453,65	25 019 453,65
Excedentes de revalorização	3.6, 13.2.1	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		33 576 625,49	32 572 269,71
Resultado líquido do período	3.6	1 389 317,06	1 188 586,72
Total do fundo de capital		34 965 942,55	33 760 856,43
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	3.5, 9.2	0,00	0,00
Provisões específicas	3.5, 9.1	7 172 483,89	6 925 687,78
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		7 172 483,89	6 925 687,78
Passivo corrente:			
Fornecedores	11.4	181 016,78	194 573,91
Estado e outros entes públicos	10.1	16 058,18	15 233,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2.1	136 870,46	153 743,11
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	13.2.2.2	299 618,24	285 359,01
Outros passivos correntes	11.4, 13.2.2.1	184 195,67	175 268,34
		817 759,33	824 178,03
Total do passivo		7 990 243,22	7 749 865,81
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		42 956 185,77	41 510 726,24

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018

O Administrador Delegado
Alípio Magalhães Fernandes

O Presidente do Conselho de Administração
António Manuel Dias Farinha

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	13.3.4	295 659,97	296 897,31
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13.3.1	-606 225,29	-707 503,80
Gastos com o pessoal	13.3.2	-717 541,08	-687 380,80
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3.3.8	-6 025,28	-17 955,40
Provisões (aumentos/reduções)	3.5.9.2	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.4.9.1	-64 793,23	-82 014,61
Outras imparidades (perdas/reversões)	3.3.11.1	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		18 859,56	-13 533,58
Outros rendimentos	13.3.5	3 101 670,30	2 961 222,71
Outros gastos	13.3.5	-358 577,52	-334 096,57
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 663 027,43	1 415 635,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.1.5.6.2	-332 689,40	-293 177,70
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		1 330 338,03	1 122 457,56
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3.3	58 979,03	66 129,16
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		1 389 317,06	1 188 586,72
Imposto sobre o rendimento do período	10.2		
Resultado líquido do período		1 389 317,06	1 188 586,72

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018

O Administrador Delegado
Alípio Magalhães Fernandes

O Presidente do Conselho de Administração
António Manuel Dias Farinha

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamentos de subsídios		-190 796,23	-152 781,87
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-508 613,62	-516 530,12
Pagamentos ao pessoal		-353 954,49	-341 611,71
Caixa gerada pelas operações		-1 053 364,34	-1 010 923,70
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-80 637,95	-74 620,66
Outros recebimentos/pagamentos		3 047 417,58	2 931 835,02
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 913 415,29	1 846 290,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-587 268,25	-858 658,05
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		9 474,64	21 737,30
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		120 000,00	
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		49 662,17	53 895,57
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-408 131,44	-783 025,18
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		1 505 283,85	1 063 265,48
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 847 038,81	3 783 773,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 352 322,66	4 847 038,81

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018

O Administrador Delegado
Alípio Magalhães Fernandes

O Presidente do Conselho de Administração
António Manuel Dias Farinha

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	0,00	0,00	6 796 802,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Primeira adoção de novo referencial contabilístico				
Alterações de políticas contabilísticas				
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				
Realização do excedente de revalorização	5, 6.2			
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos por impostos diferidos				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2, 5, 6.2			756 013,24
	2	0,00	0,00	756 013,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				
Fundos				
Subsídios, doações e legados				
Outras operações				
Distribuições				
Complemento de pensões de renda vitalícia a pagar em 2016	5	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6 = 1 + 2 + 3 + 5	0,00	0,00	7 552 816,06

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	0,00	0,00	7 552 816,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Primeira adoção de novo referencial contabilístico				
Alterações de políticas contabilísticas				
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				
Realização do excedente de revalorização	5, 6.2			
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos por impostos diferidos				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2, 5, 6.2			1 004 355,78
	7	0,00	0,00	1 004 355,78
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8			
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				
Fundos				
Subsídios, doações e legados				
Outras operações				
Distribuições				
Complemento de pensões de renda vitalícia a pagar em 2017	10	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6 + 7 + 8 + 10	0,00	0,00	8 557 171,84

* O valor dos excedentes de revalorização está incluído na rubrica de resultados transitados do balanço

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018

Euros

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							
Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização*	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total dos fundos patrimoniais
15 132 921,68	0,00	9 886 531,97	0,00	849 453,07	32 665 709,54	0,00	32 665 709,54
					0,00		0,00
					0,00		0,00
					0,00		0,00
113 872,95		-113 872,95			0,00		0,00
					0,00		0,00
					0,00		0,00
					0,00		0,00
				-756 013,24	0,00		0,00
113 872,95	0,00	-113 872,95	0,00	-756 013,24	0,00	0,00	0,00
				1 188 586,72	1 188 586,72		1 188 586,72
				1 188 586,72	1 188 586,72	0,00	1 188 586,72
					0,00		0,00
					0,00		0,00
					0,00		0,00
				-84 945,30	-84 945,30		-84 945,30
				-8 494,53	-8 494,53		-8 494,53
0,00	0,00	0,00	0,00	-93 439,83	-93 439,83	0,00	-93 439,83
15 246 794,63	0,00	9 772 659,02	0,00	1 188 586,72	33 760 856,43	0,00	33 760 856,43

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							
Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização*	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total dos fundos patrimoniais
15 246 794,63	0,00	9 772 659,02	0,00	1 188 586,72	33 760 856,43	0,00	33 760 856,43
					0,00		0,00
					0,00		0,00
					0,00		0,00
114 125,80		-114 125,80			0,00		0,00
					0,00		0,00
					0,00		0,00
					0,00		0,00
				-1 004 355,78	0,00		0,00
114 125,80	0,00	-114 125,80	0,00	-1 004 355,78	0,00	0,00	0,00
				1 389 317,06	1 389 317,06		1 389 317,06
				1 389 317,06	1 389 317,06	0,00	1 389 317,06
					0,00		0,00
					0,00		0,00
					0,00		0,00
				-178 288,01	-178 288,01		-178 288,01
				-5 942,93	-5 942,93		-5 942,93
0,00	0,00	0,00	0,00	-184 230,94	-184 230,94	0,00	-184 230,94
15 360 920,43	0,00	9 658 533,22	0,00	1 389 317,06	34 965 942,55	0,00	34 965 942,55

O Administrador Delegado
Alípio Magalhães Fernandes

O Presidente do Conselho de Administração
António Manuel Dias Farinha

Notas às Demonstrações Financeiras

(valores expressos em euros)

31 de dezembro de 2017 e 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Caixa de Previdência do Ministério da Educação tem sede na Praça D. Pedro IV (Rossio), 45 – 3º, 1149-069 Lisboa, tendo a sua criação sido aprovada pelo Decreto n.º 12 695, de 19 de novembro de 1926. Destina-se a assegurar, no caso de morte de qualquer dos seus associados, um subsídio, com carácter de seguro de vida, aos seus herdeiros ou à pessoa ou pessoas para esse efeito designadas pelo sócio nos termos do Estatuto e seus regulamentos, bem como outras modalidades de previdência ou ainda ações de solidariedade social.

A CPME é uma Instituição de Previdência Social, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira e rege-se pelos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35 781 de 5/8/1946 com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 193/97 de 29 de julho e 34/2008 de 26 de fevereiro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) definido pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Este regime passou a incorporar as disposições relativas às entidades do setor não lucrativo e às microentidades, constantes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que foi utilizado pela CPME até 2015. O regime adotado inclui as seguintes normas:

- Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), definidas pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho.
- Modelos de Demonstrações Financeiras para Entidades do Sector não Lucrativo, definidos pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.
- Códigos de Contas, definidos pela portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (inclui o Quadro Síntese de Contas, o Código de Contas e as Notas de Enquadramento).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

Foi utilizado o custo histórico como critério para preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis, são valorizados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. Os custos com manutenção e reparação são adicionados ao valor do bem ou reconhecidos separadamente, caso seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a CPME, caso contrário são reconhecidos como gasto do período.

Relativamente aos edifícios, o custo histórico considerado compreende os montantes das revalorizações anteriores a 2009, tendo sido esse o custo considerado.

Sempre que necessário serão efetuadas reavaliações, sendo os excedentes de revalorização creditados no capital próprio. Quando existam diminuições que compensem os aumentos anteriores, estas são subtraídas ao excedente contabilizado. Foi ainda definido que 25% do valor de cada edifício seja afeto como valor residual, não amortizável.

Os contratos de locação em que a CPME assuma substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras, sendo estes contratos registados como ativo (valor do ativo tangível) e no passivo (valor da dívida) pelo menor entre o justo valor ou o valor atual das rendas de locação vincendas. Estes ativos são depreciados de acordo com a política de depreciação definida para o tipo de ativo. Em 31/12/2017 e 31/12/2016 não existem contratos de locação financeira.

Relativamente às depreciações, foi determinado o uso do método das quotas constantes, utilizando-se imputação decimal do valor da quota calculada. As taxas aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens e são as seguintes:

Edifícios	150 anos
Equipamento Administrativo	3 – 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	10 anos

Os custos com manutenção e reparação de edifícios reconhecidos em Ativos fixos tangíveis a partir de 1 de janeiro de 2015 são reconhecidos separadamen-

te e amortizados conforme as intervenções efetuadas no edifício, sem que recaia sobre o seu valor nenhuma parcela relativa a valor residual não amortizável. As vidas úteis estimadas, definidas de acordo com os tipos de intervenção são as seguintes:

Partes Comuns Exteriores - Esgotos	15 anos
Partes Comuns Exteriores - Fachadas	8 anos
Partes Comuns Exteriores - Telhado	20 anos
Partes Comuns Exteriores - Terraços Não Transitáveis	10 anos
Partes Comuns Exteriores - Terraços Transitáveis	10 anos
Interiores - Eletricidade	20 anos
Interiores - Água	20 anos
Interiores - Esgotos	20 anos
Interiores - Gás	20 anos
Interiores - Paredes / Tetos	8 anos
Interiores - Pavimento	8 anos
Interiores - Caixilharia Carpintaria	10 anos
Interiores - Caixilharia Serralharia	15 anos
Partes Comuns Interiores - Colunas de Eletricidade	20 anos
Partes Comuns Interiores - Colunas de Água	20 anos
Partes Comuns Interiores - Esgotos	20 anos
Partes Comuns Interiores - Colunas de Gás	20 anos
Partes Comuns Interiores - Colunas de Telef. Intercom.	20 anos
Partes Comuns Interiores - Elevadores	10 anos
Partes Comuns Interiores - Paredes / Tetos	10 anos
Partes Comuns Interiores - Pavimento	10 anos
Partes Comuns Interiores - Escadas / Patins	8 anos
Partes Comuns Interiores - Caixilharia Carpintaria	10 anos
Partes Comuns Interiores - Caixilharia Serralharia	15 anos
Diversos	5 anos

Os valores residuais dos ativos e a vida útil estimada, bem como, se necessário o método de depreciação, serão revistos na data do balanço.

Sempre que existam indícios de que o valor recuperável do ativo é inferior ao valor escriturado, são efetuados testes de imparidade, de forma a ajustar o excedente do valor escriturado face ao valor recuperável.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem os imóveis (terrenos e edifícios) detidos para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as

finalidades, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo considerado (que inclui os excedentes de reavaliação anteriores a 1 de janeiro de 2009 e os custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo. Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são registadas de acordo com o modelo de custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo de produção ou aquisição deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que a propriedade de investimento se encontra em condições de ser utilizada, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de propriedades de investimento.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. À semelhança do definido para ativos fixos tangíveis foi estimada para estas propriedades a vida útil de 150 anos e foi definido igualmente um valor residual, não amortizável, de 25% do valor de cada propriedade. Também como definido para os ativos fixos tangíveis, as beneficiações capitalizadas na rubrica “Propriedades de investimento” são amortizadas em conformidade com as intervenções efetuadas de acordo com o quadro expresso na nota 3.1., a partir de 1 de janeiro de 2015, não se prevendo que nenhuma parcela do seu valor seja afeta a valor residual não amortizável.

Apesar de registadas segundo o método do custo, é divulgado anualmente o justo valor das propriedades de investimento.

3.3. Imparidade de ativos

Sempre que exista evidência de que não seja possível receber a totalidade ou parte de alguma dívida de terceiro, a CPME reconhece uma perda por imparidade no valor do excedente entre o valor apresentado à data do teste de imparidade e o valor descontado a uma taxa de juro efetiva dos fluxos de caixa

futuros estimados. No caso de se estimar a perda total do valor, a perda por imparidade compreenderá o valor total em dívida.

Relativamente a outros ativos é efetuado o teste de imparidade, sempre que existam indícios de que esta possa existir, sendo o valor desta calculado pela diferença entre a quantia escriturada e o valor recuperável. O valor recuperável é o menor entre o justo valor menos os gastos para venda e o valor de uso. Sempre que tal seja possível, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa para efeitos de cálculo da perda por imparidade.

Os valores de perdas por imparidade são reconhecidos na demonstração de resultados e/ou no capital próprio nos casos em que o ativo possua excedentes de revalorização escriturados e até à sua concorrência.

3.4. Provisões específicas

As provisões específicas ou matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com os benefícios dos sócios nas diferentes modalidades por estes subscritas. Os movimentos relativos a estas provisões são reconhecidos na rubrica “Provisões específicas do sector” ou na rubrica “Específicas”, consoante se trate, respetivamente, de reforços ou de reversões, utilizando-se para o efeito as subrubricas “Dotação p/ Reservas Matemáticas” ou “Ajuste das Reservas Matemáticas”.

No final de cada ano são calculadas e certificadas por Atuário independente, de acordo com as seguintes bases técnicas:

Subsídio por Morte (antigo): HM - 3 %

Rendas Vitalícias: CR - 3.5 % ou CR - 3 % (3.5 % nas mais antigas e 3 % nas mais modernas)

Modalidades introduzidas em 2002, incluindo as Pensões de Reforma (modalidade desativada em 2008): PM60G - 4 %

Capitais Diferidos com Opção: PP79/82 - 3 %

3.5. Provisões para outros riscos e encargos

Este tipo de provisão é constituído sempre que a CPME tenha:

- Uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado,

- Seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e,
- O montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registradas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios econômicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios econômicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo econômico futuro de recursos.

3.6. Fundos patrimoniais

De acordo com o art.º 23º, parágrafo 3º, “A Caixa tem uma reserva legal constituída por uma percentagem não inferior a 20% do saldo da conta de gerência”, tendo sido reforçada com 20% do resultado líquido do exercício de 2016.

O reforço das restantes reservas é condicionado aos montantes deliberados em Assembleia Geral por proposta do Conselho de Administração.

3.7. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efetuados relativos a locações operacionais são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período da locação.

3.8. Réditos

O rédito proveniente de rendas é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.9. Activos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros da entidade são classificados ao custo, custo amortizado ou ao justo valor.

3.9.1. Clientes e outras contas a receber correntes

As dívidas de terceiros e outras contas a receber correntes são registadas pelo respetivo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas contas a receber não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto do desconto em créditos concedidos em prazos tão curtos.

As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é nula porque o efeito do desconto é imaterial.

3.9.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros, vencíveis em ou a menos de seis meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

3.9.3. Outros ativos e passivos ao custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida e,
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável e,
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

À data de 31 de dezembro de 2017 os montantes reconhecidos em investimentos financeiros relativos a empréstimos a sócios não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto atendendo a que as taxas aplicadas estão em linha com as praticadas no mercado e o efeito do desconto nos montantes em dívida não seria relevante.

3.9.4. Outros ativos e passivos ao justo valor

Os instrumentos financeiros que não são classificados ao custo ou custo amortizado são valorizados ao justo valor. Em 31 de dezembro de 2017 os instrumentos financeiros classificados ao justo valor estão discriminados nas Notas 11.1 e 11.2..

No final de cada ano é verificado o justo valor desses instrumentos financeiros e efetuado o ajustamento das diferenças entre esse valor e o valor contábilístico escriturado, sendo essas diferenças reconhecidas nos resultados do período.

3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.11. Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas as principais estimativas realizadas estão relacionadas com o cálculo de imparidades, vidas úteis dos bens do ativo fixo tangível e das propriedades de investimento e definição de valores residuais desses mesmos bens, bem como na determinação das responsabilidades relativas aos sócios refletidas nas provisões específicas. Conforme referido na Nota 3.4 acima, estas estimativas são anualmente certificadas por perito independente.

Relativamente às imparidades, foram reconhecidas perdas relativas a rendas de inquilinos, em todos os casos em que o processo do inquilino transitou para contencioso e sempre que existiram indícios de grande probabilidade de incobrabilidade, tendo sido monitorizada a cobrança das respetivas rendas.

Relativamente às vidas úteis e valores residuais de imóveis, foi tida em conta a experiência que a CPME tem em relação à manutenção dos imóveis e a consideração da realidade envolvente para determinar os respetivos valores.

4. FLUXOS DE CAIXA

A discriminação dos valores relativos a caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	2017	2016
Caixa	98,43	100,96
Depósitos à Ordem	252 224,23	205 937,85
Depósitos a Prazo	6 100 000,00	4 641 000,00
TOTAIS	6 352 322,66	4 847 038,81

Os montantes dos depósitos a prazo constituídos, bem como as respetivas datas de vencimento e taxas de juro contratadas são:

31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
Banco	Valor	Data Venc.	Taxa %	Banco	Valor	Data Venc.	Taxa %
CGD	3 000 000,00	02/07/2018	0,10	CGD	150 000,00	14/01/2017	0,01
BPI Private	1 150 000,00	30/03/2018	0,10	NB	400 000,00	26/01/2017	1,00
BPI Private	1 950 000,00	27/03/2018	0,10	NB	3 000 000,00	04/01/2017	0,75
				NB	630 000,00	20/01/2017	0,75
				NB	300 000,00	28/01/2017	0,75
				BPI	161 000,00	03/02/2017	0,10
Totais	6 100 000,00				4 641 000,00		

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
1 de janeiro de 2016:					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 830 119,43	401 320,61	0,00	0,00	3 231 440,04
Depreciação Acumulada	-965 599,79	-303 876,06	0,00	0,00	-1 269 475,85
Valor líquido	1 864 519,64	97 444,55	0,00	0,00	1 961 964,19
31 de dezembro de 2016:					
Valor líquido em 1 de janeiro de 2016	1 864 519,64	97 444,55	0,00	0,00	1 961 964,19
Excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições (1)	0,00	4 539,93	0,00	0,00	4 539,93
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Aquisição)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Amortização Acumulada)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-15 437,64	-36 856,48	0,00	0,00	-52 294,12
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	1 849 082,00	65 128,00	0,00	0,00	1 914 210,00
31 de dezembro de 2016:					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 830 119,43	405 860,54	0,00	0,00	3 235 979,97
Depreciação Acumulada	-981 037,43	-340 732,54	0,00	0,00	-1 321 769,97
Valor líquido	1 849 082,00	65 128,00	0,00	0,00	1 914 210,00
31 de dezembro de 2017:					
Valor líquido em 1 de janeiro de 2017	1 849 082,00	65 128,00	0,00	0,00	1 914 210,00
Excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Aquisição)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Amortização Acumulada)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-15 437,65	-31 786,86	0,00	0,00	-47 224,51
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	1 833 644,35	33 341,14	0,00	0,00	1 866 985,49
31 de dezembro de 2017:					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 830 119,43	405 860,54	0,00	0,00	3 235 979,97
Depreciação Acumulada	-996 475,08	-372 519,40	0,00	0,00	-1 368 994,48
Valor líquido	1 833 644,35	33 341,14	0,00	0,00	1 866 985,49

Durante o exercício de 2017 foram realizados, relativos a edifícios, excedentes de revalorização anteriores a 2009 e refletidos em Resultados transitados no montante de 5 868,17 euros.

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

6.1. Rendimentos e gastos do exercício

Nº Imóvel	Localização do Imóvel	Data de Aquisição	Rendimentos Obtidos	Gastos	Saldo do Exercício
1	Rua Nova da Trindade, 1/1- D e L. Chiado, 16/23	20/01/1938	236 296,24	23 177,22	213 119,02
2	Rua dos Correiros, 8/20	18/03/1938	76 365,74	8 498,03	67 867,71
3	Pr. D. Pedro IV, 45/50 e R. 1º Dezembro, 66/76	25/06/1938	103 221,23	8 432,30	94 788,93
4	Rua D. Pedro V, 53/57 e R. da Rosa, 254/266	16/08/1938	93 213,74	5 748,43	87 465,31
5	Av. da Liberdade, 1/7 e Rua da Glória, 2-A	18/11/1938	167 991,11	21 298,96	146 692,15
6	Av. Duque de Loulé, 93/95-B	19/08/1939	163 638,13	20 937,29	142 700,84
7	R. 1º Dezembro, 55/65 e Calç. do Carmo, 13/17	18/08/1939	119 366,76	4 611,35	114 755,41
8	Rua de Macau, 12/12-A	29/12/1941	21 448,32	6 065,20	15 383,12
9	Rua do Forno do Tijolo, 10/10-A	29/12/1941	13 440,00	31 860,50	-18 420,50
10	Rua Sampaio Pina, 2/14 e R. Castilho, 175/183	28/02/1942	103 462,06	25 439,35	78 022,71
11	Av. Almirante Reis, 250/250- A	19/06/1942	63 936,22	21 710,22	42 226,00
12	Rua Coelho da Rocha, 122	07/07/1942	54 844,92	8 281,86	46 563,06
13	Rua Augusto José Vieira, 26	18/07/1942	23 151,10	5 547,04	17 604,06
14	Rua Augusto José Vieira, 28	18/07/1942	10 003,70	3 803,91	6 199,79
15	Av. Defensores de Chaves, 36	16/10/1942	93 213,85	12 912,51	80 301,34
16	Av. de Berna, 27/27-A e 27-B	27/12/1943	51 252,83	16 883,36	34 369,47
17	Rua das Praças, 13-B/13-C	07/01/1944	42 685,91	10 555,21	32 130,70
18	Av. Almirante Reis, 225/225-B	29/01/1945	33 533,18	8 957,62	24 575,56
19	Av. Visconde Valmor, 75/75-B	07/02/1945	60 718,50	8 178,41	52 540,09
20	Travessa do Sequeiro, 4/4-B	12/02/1945	40 621,50	737,02	39 884,48
21	Rua Capitão Renato Baptista, 27/27-A	01/08/1946	38 687,42	28 728,79	9 958,63
22	Calçada Palma de Baixo, 9	05/08/1946	47 468,30	12 596,86	34 871,44
23	Rua D. João V, 14/14-A	27/01/1947	43 872,18	3 810,55	40 061,63
24	R. Braamcamp Freire, 36/36A, R. David Lopes, 14	09/10/1947	36 832,95	11 341,92	25 491,03
25	Rua Tenente Espanca, 26/26-C	11/09/1948	35 821,43	37 845,91	-2 024,48
26	Rua Luís Augusto Palmeirim, 6/6-E	13/12/1949	47 302,31	11 690,06	35 612,25
27	Rua José d'Esaguy, 10/10-D	05/12/1949	64 576,40	8 815,04	55 761,36
28	Estrada da Alagoa, 476 Rebelva - Carcavelos	28/05/1951	8 556,24	1 084,03	7 472,21
29	Rua Victor Córdon, 8/12	17/07/1953	117 183,90	7 741,39	109 442,51
30	Rua D. Estefânia, 195/195-D	24/02/1956	146 087,96	19 134,45	126 953,51
31	Av. Estados Unidos da América, 52/52-A	13/02/1959	109 809,83	16 808,29	93 001,54
32	Av. Estados Unidos da América, 113/113-A	03/03/1959	115 242,50	24 726,07	90 516,43
33	Av. Estados Unidos da América, 40/40-A	19/10/1959	95 330,15	18 428,79	76 901,36
34	Av. Estados Unidos da América, 38/38-A	10/04/1959	92 418,21	27 300,92	65 117,29
35	Av. Estados Unidos da América, 130/130-B	12/12/1958	143 054,30	22 459,41	120 594,89
36	Av. Estados Unidos da América, 123	17/07/1959	82 408,62	25 032,84	57 375,78
37	Alameda Santo António dos Capuchos, 4/4-C	31/08/1972	52 903,35	15 582,83	37 320,52
38	R. Ferreira Lapa, 29/29-B, R. Conde Redondo, 18	08/05/1972	89 123,20	3 602,20	85 521,00
39	Av. E. U. A., 63 e R. Cor. Bento Roma, 18/18-B	02/06/1972	131 870,15	12 348,10	119 522,05
TOTAIS			3 070 954,44	562 714,24	2 508 240,20

As propriedades estão mensuradas pelo valor de custo, incluindo os excedentes de revalorização existentes a 1 de janeiro de 2009.

6.2. Valorização das propriedades

Nº Imóvel	1 de Janeiro de 2016						
	Valor de aquisição ou reavaliado	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido	Valorização por obras	Obras em Curso 31/12/2016	
1	3 111 996,84	-1 010 151,39	0,00	2 101 845,45	0,00	0,00	
2	760 300,50	-304 349,48	0,00	455 951,02	0,00	0,00	
3	419 944,82	-167 841,75	0,00	252 103,07	0,00	0,00	
4	870 676,94	-350 671,31	0,00	520 005,63	0,00	0,00	
5	2 370 310,67	-1 030 485,64	0,00	1 339 825,03	0,00	0,00	
6	2 116 368,01	-875 738,42	0,00	1 240 629,59	0,00	0,00	
7	1 225 293,92	-531 649,43	0,00	693 644,49	0,00	0,00	
8	386 363,51	-164 453,84	0,00	221 909,67	0,00	0,00	
9	682 983,60	-299 855,98	0,00	383 127,62	0,00	0,00	
10	2 029 278,09	-589 004,14	0,00	1 440 273,95	0,00	0,00	
11	1 229 428,20	-361 042,59	0,00	868 385,61	0,00	0,00	
12	646 391,70	-238 090,02	0,00	408 301,68	0,00	0,00	
13	290 567,96	-97 338,93	0,00	193 229,03	0,00	0,00	
14	294 757,19	-99 244,44	0,00	195 512,75	0,00	0,00	
15	1 435 194,28	-571 754,20	0,00	863 440,08	0,00	0,00	
16	951 518,53	-312 722,65	0,00	638 795,88	0,00	0,00	
17	1 094 703,63	-346 208,18	0,00	748 495,45	0,00	0,00	
18	571 869,64	-222 515,10	0,00	349 354,54	0,00	0,00	
19	626 584,69	-258 493,58	0,00	368 091,11	0,00	101 057,11	
20	519 044,36	-211 568,80	0,00	307 475,56	44 942,77	0,00	
21	797 557,49	-278 364,06	0,00	519 193,43	0,00	0,00	
22	804 877,00	-211 249,38	0,00	593 627,62	0,00	37 096,80	
23	1 251 931,87	-460 949,52	0,00	790 982,35	0,00	0,00	
24	786 314,51	-290 762,50	0,00	495 552,01	45 992,85	0,00	
25	1 450 805,77	-567 285,71	0,00	883 520,06	0,00	0,00	
26	666 916,83	-243 513,36	0,00	423 403,47	0,00	27 205,63	
27	497 883,37	-168 011,77	0,00	329 871,60	92 176,77	0,00	
28	191 609,76	-78 642,01	0,00	112 967,75	0,00	0,00	
29	1 135 494,43	-383 879,80	0,00	751 614,63	-3 949,53	57 181,23	
30	2 434 160,13	-802 498,80	0,00	1 631 661,33	0,00	0,00	
31	1 120 824,41	-275 580,40	0,00	845 244,01	84 299,49	0,00	
32	1 217 974,06	-293 704,57	0,00	924 269,49	0,00	0,00	
33	1 204 124,95	-323 267,76	0,00	880 857,19	0,00	0,00	
34	1 137 693,12	-308 686,64	0,00	829 006,48	0,00	0,00	
35	1 733 748,24	-500 786,57	0,00	1 232 961,67	0,00	0,00	
36	1 083 466,83	-301 885,51	0,00	781 581,32	0,00	0,00	
37	2 297 004,87	-559 952,59	0,00	1 737 052,28	0,00	0,00	
38	3 959 755,07	-975 066,38	0,00	2 984 688,69	0,00	0,00	
39	3 556 661,55	-830 996,76	0,00	2 725 664,79	153 785,02	0,00	
	48 962 381,34	-15 898 263,96	0,00	33 064 117,38	417 247,37	222 540,77	

Exercício 2016							
	Excedentes de revalorização	Perdas por imparidade do exercício	Trans-ferências	Depreciação do exercício	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido em 31/12/2016
	0,00	0,00	0,00	-10 282,56	-1 020 433,95	0,00	2 091 562,89
	0,00	0,00	0,00	-1 708,80	-306 058,28	0,00	454 242,22
	0,00	0,00	0,00	-944,22	-168 785,97	0,00	251 158,85
	0,00	0,00	0,00	-1 909,26	-352 580,57	0,00	518 096,37
	0,00	0,00	0,00	-4 152,00	-1 034 637,64	0,00	1 335 673,03
	0,00	0,00	0,00	-4 271,40	-880 009,82	0,00	1 236 358,19
	0,00	0,00	0,00	-2 141,52	-533 790,95	0,00	691 502,97
	0,00	0,00	0,00	-696,48	-165 150,32	0,00	221 213,19
	0,00	0,00	0,00	-1 110,72	-300 966,70	0,00	382 016,90
	0,00	0,00	0,00	-20 365,48	-609 369,62	0,00	1 419 908,47
	0,00	0,00	0,00	-4 321,92	-365 364,51	0,00	864 063,69
	0,00	0,00	0,00	-5 314,68	-243 404,70	0,00	402 987,00
	0,00	0,00	0,00	-859,44	-98 198,37	0,00	192 369,59
	0,00	0,00	0,00	-865,26	-100 109,70	0,00	194 647,49
	0,00	0,00	0,00	-5 863,29	-577 617,49	0,00	857 576,79
	0,00	0,00	0,00	-2 860,44	-315 583,09	0,00	635 935,44
	0,00	0,00	0,00	-3 450,84	-349 659,02	0,00	745 044,61
	0,00	0,00	0,00	-1 255,20	-223 770,30	0,00	348 099,34
	0,00	0,00	0,00	-1 188,12	-259 681,70	0,00	467 960,10
	0,00	0,00	0,00	-7 009,40	-218 578,20	0,00	345 408,93
	0,00	0,00	0,00	-2 112,84	-280 476,90	0,00	517 080,59
	0,00	0,00	0,00	-2 956,62	-214 206,00	0,00	627 767,80
	0,00	0,00	0,00	-8 468,04	-469 417,56	0,00	782 514,31
	0,00	0,00	0,00	-2 995,80	-293 758,30	0,00	538 549,06
	0,00	0,00	0,00	-3 005,16	-570 290,87	0,00	880 514,90
	0,00	0,00	0,00	-1 568,52	-245 081,88	0,00	449 040,58
	0,00	0,00	0,00	-6 258,27	-174 270,04	0,00	415 790,10
	0,00	0,00	0,00	-341,52	-78 983,53	0,00	112 626,23
	0,00	0,00	0,00	-2 887,02	-386 766,82	0,00	801 959,31
	0,00	0,00	0,00	-6 291,00	-808 789,80	0,00	1 625 370,33
	0,00	0,00	0,00	-10 046,92	-285 627,32	0,00	919 496,58
	0,00	0,00	0,00	-4 201,08	-297 905,65	0,00	920 068,41
	0,00	0,00	0,00	-16 902,78	-340 170,54	0,00	863 954,41
	0,00	0,00	0,00	-14 845,93	-323 532,57	0,00	814 160,55
	0,00	0,00	0,00	-5 102,64	-505 889,21	0,00	1 227 859,03
	0,00	0,00	0,00	-3 282,24	-305 167,75	0,00	778 299,08
	0,00	0,00	0,00	-6 867,48	-566 820,07	0,00	1 730 184,80
	0,00	0,00	0,00	-11 769,24	-986 835,62	0,00	2 972 919,45
	0,00	0,00	0,00	-50 409,45	-881 406,21	0,00	2 829 040,36
	0,00	0,00	0,00	-240 883,58	-16 139 147,54	0,00	33 463 021,94

6.2. Valorização das propriedades (continuação)

Nº Imóvel	1 de Janeiro de 2017						
	Valor de aquisição ou reavaliado	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido	Valorização por obras	Obras em Curso 31/12/2017	
1	3 111 996,84	-1 020 433,95	0,00	2 091 562,89	0,00	0,00	
2	760 300,50	-306 058,28	0,00	454 242,22	0,00	0,00	
3	419 944,82	-168 785,97	0,00	251 158,85	0,00	0,00	
4	870 676,94	-352 580,57	0,00	518 096,37	0,00	0,00	
5	2 370 310,67	-1 034 637,64	0,00	1 335 673,03	0,00	0,00	
6	2 116 368,01	-880 009,82	0,00	1 236 358,19	0,00	0,00	
7	1 225 293,92	-533 790,95	0,00	691 502,97	0,00	0,00	
8	386 363,51	-165 150,32	0,00	221 213,19	0,00	0,00	
9	682 983,60	-300 966,70	0,00	382 016,90	0,00	94 560,15	
10	2 029 278,09	-609 369,62	0,00	1 419 908,47	0,00	6 575,99	
11	1 229 428,20	-365 364,51	0,00	864 063,69	0,00	0,00	
12	646 391,70	-243 404,70	0,00	402 987,00	0,00	0,00	
13	290 567,96	-98 198,37	0,00	192 369,59	0,00	26 090,22	
14	294 757,19	-100 109,70	0,00	194 647,49	0,00	56 433,71	
15	1 435 194,28	-577 617,49	0,00	857 576,79	0,00	0,00	
16	951 518,53	-315 583,09	0,00	635 935,44	0,00	0,00	
17	1 094 703,63	-349 659,02	0,00	745 044,61	0,00	0,00	
18	571 869,64	-223 770,30	0,00	348 099,34	0,00	0,00	
19	727 641,80	-259 681,70	0,00	467 960,10	6 384,55	0,00	
20	563 987,13	-218 578,20	0,00	345 408,93	0,00	0,00	
21	797 557,49	-280 476,90	0,00	517 080,59	0,00	0,00	
22	841 973,80	-214 206,00	0,00	627 767,80	-42 804,00	65 360,06	
23	1 251 931,87	-469 417,56	0,00	782 514,31	0,00	0,00	
24	832 307,36	-293 758,30	0,00	538 549,06	0,00	0,00	
25	1 450 805,77	-570 290,87	0,00	880 514,90	0,00	0,00	
26	694 122,46	-245 081,88	0,00	449 040,58	65 441,42	0,00	
27	590 060,14	-174 270,04	0,00	415 790,10	0,00	0,00	
28	191 609,76	-78 983,53	0,00	112 626,23	0,00	0,00	
29	1 188 726,13	-386 766,82	0,00	801 959,31	4 073,76	0,00	
30	2 434 160,13	-808 789,80	0,00	1 625 370,33	0,00	0,00	
31	1 205 123,90	-285 627,32	0,00	919 496,58	0,00	0,00	
32	1 217 974,06	-297 905,65	0,00	920 068,41	34 567,80	0,00	
33	1 204 124,95	-340 170,54	0,00	863 954,41	0,00	0,00	
34	1 137 693,12	-323 532,57	0,00	814 160,55	91 421,54	12 596,77	
35	1 733 748,24	-505 889,21	0,00	1 227 859,03	0,00	0,00	
36	1 083 466,83	-305 167,75	0,00	778 299,08	0,00	0,00	
37	2 297 004,87	-566 820,07	0,00	1 730 184,80	0,00	0,00	
38	3 959 755,07	-986 835,62	0,00	2 972 919,45	0,00	0,00	
39	3 710 446,57	-881 406,21	0,00	2 829 040,36	0,00	0,00	
	49 602 169,48	-16 139 147,54	0,00	33 463 021,94	159 085,07	261 616,90	

Exercício 2017							
	Excedentes de revalorização	Perdas por imparidade do exercício	Trans-ferências	Depreciação do exercício	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido em 31/12/2017
	0,00	0,00	0,00	-10 282,56	-1 030 716,51	0,00	2 081 280,33
	0,00	0,00	0,00	-1 708,80	-307 767,08	0,00	452 533,42
	0,00	0,00	0,00	-944,22	-169 730,19	0,00	250 214,63
	0,00	0,00	0,00	-1 909,26	-354 489,83	0,00	516 187,11
	0,00	0,00	0,00	-4 152,00	-1 038 789,64	0,00	1 331 521,03
	0,00	0,00	0,00	-4 271,40	-884 281,22	0,00	1 232 086,79
	0,00	0,00	0,00	-2 141,52	-535 932,47	0,00	689 361,45
	0,00	0,00	0,00	-696,48	-165 846,80	0,00	220 516,71
	0,00	0,00	0,00	-1 110,72	-302 077,42	0,00	475 466,33
	0,00	0,00	0,00	-20 365,14	-629 734,76	0,00	1 406 119,32
	0,00	0,00	0,00	-4 321,92	-369 686,43	0,00	859 741,77
	0,00	0,00	0,00	-5 314,65	-248 719,35	0,00	397 672,35
	0,00	0,00	0,00	-859,44	-99 057,81	0,00	217 600,37
	0,00	0,00	0,00	-865,25	-100 974,95	0,00	250 215,95
	0,00	0,00	0,00	-5 863,26	-583 480,75	0,00	851 713,53
	0,00	0,00	0,00	-2 860,44	-318 443,53	0,00	633 075,00
	0,00	0,00	0,00	-3 450,84	-353 109,86	0,00	741 593,77
	0,00	0,00	0,00	-1 255,20	-225 025,50	0,00	346 844,14
	0,00	0,00	0,00	-11 090,49	-270 772,19	0,00	463 254,16
	0,00	0,00	0,00	-9 068,76	-227 646,96	0,00	336 340,17
	0,00	0,00	0,00	-2 112,84	-282 589,74	0,00	514 967,75
	0,00	0,00	0,00	-2 956,62	-217 162,62	0,00	647 367,24
	0,00	0,00	0,00	-8 468,04	-477 885,60	0,00	774 046,27
	0,00	0,00	0,00	-6 422,33	-300 180,63	0,00	532 126,73
	0,00	0,00	0,00	-3 005,16	-573 296,03	0,00	877 509,74
	0,00	0,00	0,00	-8 638,63	-253 720,51	0,00	505 843,37
	0,00	0,00	0,00	-11 181,53	-185 451,57	0,00	404 608,57
	0,00	0,00	0,00	-341,52	-79 325,05	0,00	112 284,71
	0,00	0,00	0,00	-7 284,96	-394 051,78	0,00	798 748,11
	0,00	0,00	0,00	-6 291,00	-815 080,80	0,00	1 619 079,33
	0,00	0,00	0,00	-12 130,88	-297 758,20	0,00	907 365,70
	0,00	0,00	0,00	-5 403,04	-303 308,69	0,00	949 233,17
	0,00	0,00	0,00	-16 902,75	-357 073,29	0,00	847 051,66
	0,00	0,00	0,00	-16 437,23	-339 969,80	0,00	901 741,63
	0,00	0,00	0,00	-5 102,64	-510 991,85	0,00	1 222 756,39
	0,00	0,00	0,00	-3 282,24	-308 449,99	0,00	775 016,84
	0,00	0,00	0,00	-6 867,48	-573 687,55	0,00	1 723 317,32
	0,00	0,00	0,00	-11 769,24	-998 604,86	0,00	2 961 150,21
	0,00	0,00	0,00	-58 334,41	-939 740,62	0,00	2 770 705,95
	0,00	0,00	0,00	-285 464,89	-16 424 612,43	0,00	33 598 259,02

Durante o exercício de 2017 foram realizados, relativos às propriedades de investimento, excedentes de revalorização anteriores a 2009 e refletidos em Resultados transitados no montante de 108 257,63 euros.

7. DIVULGAÇÃO DE VALORES DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Os imóveis foram avaliados por perito avaliador. Para efeitos de avaliação foi utilizado como critério de cálculo, o preço por metro quadrado de reconstrução, tendo sido utilizado o valor divulgado pela Associação Portuguesa dos Peritos Avaliadores de Engenharia (APAE) para o ano 2016, o qual não foi objeto de revisão em 2017.

Utilizando este critério, os valores dos imóveis ascendem, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, aos seguintes valores:

Nº	CARACTERIZAÇÃO	ÁREA TOTAL (m²)	VALORIZAÇÃO 31/12/2017		VALORIZAÇÃO 31/12/2016	
			VALOR UNITÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)	VALOR UNITÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)
1	Rua Nova da Trindade, 1/1 D e Largo do Chiado, 16/23	4 440,00	799,86	3 551 378,40	799,86	3 551 378,40
2	Rua dos Correios, 8/20	1 350,00	799,86	1 079 811,00	799,86	1 079 811,00
3	Praça D. Pedro IV, 45/50 e Rua 1º de Dezembro, 66/76	2 190,00	799,86	1 751 693,40	799,86	1 751 693,40
4	Rua D. Pedro V, 53/57 e Rua da Rosa 254/266	2 468,00	799,86	1 974 054,48	799,86	1 974 054,48
5	Av. da Liberdade, 1/7 e Rua da Glória, 2 A	3 275,00	799,86	2 619 541,50	799,86	2 619 541,50
6	Av. Duque de Loulé, 93/95 B	4 498,00	799,86	3 597 770,28	799,86	3 597 770,28
7	Rua 1º de Dezembro, 55/65 e Calçada do Carmo, 13/17	3 008,00	799,86	2 405 978,88	799,86	2 405 978,88
8	Rua de Macau, 12/12 A	809,00	799,86	647 086,74	799,86	647 086,74
9	Rua do Forno do Tijolo, 10/10 A	1 750,00	799,86	1 399 755,00	799,86	1 399 755,00
10	Rua Sampaio Pina, 2/14 e Rua Castilho, 175/183	3 059,00	799,86	2 446 771,74	799,86	2 446 771,74
11	Av. Almirante Reis, 250/250 A	2 319,00	799,86	1 854 875,34	799,86	1 854 875,34
12	Rua Coelho da Rocha, 122	936,00	799,86	748 668,96	799,86	748 668,96
13	Rua Augusto José Vieira, 26	640,00	799,86	511 910,40	799,86	511 910,40
14	Rua Augusto José Vieira, 28	640,00	799,86	511 910,40	799,86	511 910,40
15	Av. Defensores de Chaves, 36	2 420,00	799,86	1 935 661,20	799,86	1 935 661,20
16	Av. de Berna, 27/27-A e 27-B	1 355,00	799,86	1 083 810,30	799,86	1 083 810,30

(continuação)

Nº	CARACTERIZAÇÃO	ÁREA TOTAL (m²)	VALORIZAÇÃO 31/12/2017		VALORIZAÇÃO 31/12/2016	
			VALOR UNI- TÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)	VALOR UNI- TÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)
17	Rua das Praças, 13 B/13 C	3 636,00	799,86	2 908 290,96	799,86	2 908 290,96
18	Av. Almirante Reis, 225/225 B	1 104,00	799,86	883 045,44	799,86	883 045,44
19	Av. Visconde Valmor, 75/75 B	1 230,00	799,86	983 827,80	799,86	983 827,80
20	Travessa do Sequeiro, 4/4 B	561,00	799,86	448 721,46	799,86	448 721,46
21	Rua Capitão Renato Baptista, 27/27 A	675,00	799,86	539 905,50	799,86	539 905,50
22	Calçada da Palma de Baixo, 9	1 300,00	799,86	1 039 818,00	799,86	1 039 818,00
23	Rua D. João V, 14/14 A	1 428,00	799,86	1 142 200,08	799,86	1 142 200,08
24	Rua Braamcamp Freire, 36/36 A e Rua David Lopes, 14	1 000,00	799,86	799 860,00	799,86	799 860,00
25	Rua Tenente Espanca, 26/26 C	1 170,00	799,86	935 836,20	799,86	935 836,20
26	Rua Luís Augusto Palmeirim, 6/6 E	1 268,00	799,86	1 014 222,48	799,86	1 014 222,48
27	Rua José de d'Esaguy, 10/10 D	984,00	799,86	787 062,24	799,86	787 062,24
28	Estrada da Alagoa, 476 Rebelva - Carcavelos	1 200,00	799,86	959 832,00	799,86	959 832,00
29	Rua Vitor Córdon, 8/12	1 760,00	799,86	1 407 753,60	799,86	1 407 753,60
30	Rua D. Estefânia, 195/195 D	3 500,00	799,86	2 799 510,00	799,86	2 799 510,00
31	Av. Estados Unidos da América, 52/52 A	1 860,00	799,86	1 487 739,60	799,86	1 487 739,60
32	Av. Estados Unidos da América, 113/113 A	2 070,00	799,86	1 655 710,20	799,86	1 655 710,20
33	Av. Estados Unidos da América, 40/40 A	2 800,00	799,86	2 239 608,00	799,86	2 239 608,00
34	Av. Estados Unidos da América, 38/38 A	2 760,00	799,86	2 207 613,60	799,86	2 207 613,60
35	Av. Estados Unidos da América, 130/130 A	4 927,00	799,86	3 940 910,22	799,86	3 940 910,22
36	Av. Estados Unidos da América, 123	2 550,00	799,86	2 039 643,00	799,86	2 039 643,00
37	Alameda Santo António dos Capuchos, 4/4 C	2 215,00	799,86	1 771 689,90	799,86	1 771 689,90
38	Rua Ferreira Lapa, 29/29 B e Rua Conde Redondo, 18	2 850,00	799,86	2 279 601,00	799,86	2 279 601,00
39	Av. EUA, 63 e Rua Coronel Bento Roma, 18/18 B	3 432,00	799,86	2 745 119,52	799,86	2 745 119,52
—	Centro de Férias, Foz do Arelho - Ed.8	410,00	699,19	286 667,90	699,19	286 667,90
—	Centro de Férias, Foz do Arelho - Ed.9	410,00	699,19	286 667,90	699,19	286 667,90
TOTAL		82 257,00		65 711 534,62		65 711 534,62

8. IMPARIDADE DE ATIVOS

	Perdas Acumuladas Início Ano	Perdas do Exercício		Reversões do Exercício		Utilização Ajustamentos Constituídos	Perdas Acumuladas Final Ano
		Em Gastos	No Capital Próprio	Em Rendimentos	No Capital Próprio		
Em 2016:							
Empréstimos a Sócios	19 080,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 080,94
Dívidas de Inquilinos	222 948,87	26 206,16	0,00	8 250,76	0,00	0,00	240 904,27
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 2017:							
Empréstimos a Sócios	19 080,94	0,00	0,00	788,51	0,00	0,00	18 292,43
Dívidas de Inquilinos	240 904,27	14 329,68	0,00	7 515,89	0,00	0,00	247 718,06
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Ver nota 2

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1. Provisões específicas

Modalidades	2016	2017	Variação	Utiliz. de reservas	Rateio de 2016	Reforço/Dim. 2017
Subsídios por Morte	5 409 953,91	5 520 513,35	110 559,44	0,00	142 404,96	-31 845,52
Rendas Vitalícias	152 540,10	156 730,17	4 190,07	1 661,90	5 942,93	-90,96
Novas Modalidades						
Seguro de Vida Inteira	90 232,91	98 412,50	8 179,59	0,00	0,00	8 179,59
Seguro de Pensões Reforma	138 813,98	152 130,24	13 316,26	0,00	0,00	13 316,26
Seguro de Reforma	527 093,43	579 889,05	52 795,62	566,16	0,00	53 361,78
Seguro de Prosseguimento de Estudos	11 690,96	17 689,42	5 998,46	0,00	0,00	5 998,46
Seguro de Maioridade	16 594,61	8 645,75	-7 948,86	0,00	0,00	-7 948,86
Seguro de Lazer	527 440,26	555 932,54	28 492,28	0,00	0,00	28 492,28
Capitais Diferidos com Opção	2 369,90	3 514,83	1 144,93	0,00	0,00	1 144,93
Melhorias - Novas Modalidades						
Seguro de Vida Inteira	4 843,05	7 508,61	2 665,56	0,00	2 502,66	162,90
Pensões de Reforma	6 274,76	9 943,51	3 668,75	0,00	3 819,14	-150,39
Seguro de Reforma	16 697,38	30 415,85	13 718,47	0,00	14 314,08	-595,61
Seguro Prosseguimento de Estudos	613,33	760,33	147,00	0,00	323,89	-176,89
Seguro de Maioridade	771,71	467,88	-303,83	0,00	457,13	-760,96
Seguro de Lazer	19 679,46	29 795,38	10 115,92	0,00	14 401,71	-4 285,79
Capitais Diferidos com Opção	78,03	134,48	56,45	0,00	64,44	-7,99
Total	6 925 687,78	7 172 483,89	246 796,11	2 228,06	184 230,94	64 793,23

Ver nota 3. 4.

Os movimentos relativos a estas provisões são reconhecidos na rubrica “Provisões específicas do sector” na subrubrica “Provisões Matemáticas para Encargos com Modalidades dos Associados”.

O rateio de 2016 corresponde à imputação a cada modalidade do valor correspondente dos resultados do exercício de 2016, conforme deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 as provisões específicas foram calculadas e certificadas por Atuário independente, de acordo com as seguintes bases técnicas:

Subsídio por Morte (antigo): HM - 3%

Rendas Vitalícias: CR - 3.5% ou CR - 3% (3.5% nas mais antigas e 3% nas mais modernas)

Modalidades introduzidas em 2002, incluindo as Pensões de Reforma (modalidade desativada em 2008): PM60G - 4%

Capitais Diferidos com Opção: PP79/82 - 3%

9.2. Outras provisões

Tal como já sucedia em 31/12/2016, em 31/12/2017 a CPME não tinha processos judiciais em curso em que se justificasse a constituição de provisões.

10. IMPOSTOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES A PAGAR AO ESTADO

10.1. Discriminação de valores em dívida

	31/12/2017		31/12/2016	
	Total em dívida	Dívidas em atraso	Total em dívida	Dívidas em atraso
Retenções de IRS				
Trabalho dependente	4 322,00	0,00	4 043,00	0,00
Trabalho independente	1 089,69	0,00	1 109,80	0,00
	5 411,69	0,00	5 152,80	0,00
Contribuições Segurança Social				
Centro Regional Seg.Social Lisboa e Vale do Tejo	10 643,13	0,00	10 079,27	0,00
	10 643,13	0,00	10 079,27	0,00
Outras Tributações				
Imposto de Selo Liquidado	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos de Compensação Trabalho	3,36	0,00	1,59	0,00
	3,36	0,00	1,59	0,00
Totais	16 058,18	0,00	15 233,66	0,00

10.2. Imposto sobre o rendimento

A CPME beneficia de isenções fiscais, resultantes principalmente do art.º 25º do seu estatuto, sem prejuízo das isenções específicas, objetiva e subjetivamente, previstas na legislação própria de cada imposto, sendo o imposto sobre o rendimento abrangido pelo âmbito destas isenções.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. Títulos da Dívida Pública

A CPME detém como outro ativo financeiro, Títulos da Dívida Pública que são valorizados ao justo valor. No final de cada exercício, conforme cotação oficial à data de 31 de dezembro, é verificado se existe diferença entre o valor escriturado e o seu justo valor. O justo valor é ajustado por contrapartida de gastos ou rendimentos do exercício, caso se trate do aumento do justo valor ou de uma diminuição, respetivamente.

Os valores dos Títulos da Dívida Pública existentes em 31 de dezembro de 2017, bem como a sua cotação encontram-se inscritos no quadro seguinte:

MAPA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Banco	Natureza	Nº dos Certificados	Ano de Aquisição	Quant.	V. Nominal Unitário	Montante Valor Nominal
CGD	Consolidado 4% - 1940	702	1940	675	9,98	6 733,77
CGD	Consolidado 3% - 1942	233	1943	13 573	4,99	67 701,84
	TOTAL					74 435,61

(continuação)

Natureza	Valor de Compra		Valor de Cotação em 31/12/2016			Mais e Menos Valias	Valor de Cotação em 31/12/2017			Mais e Menos Valias	Ajustam. Justo Valor em 31/12/2017
	Preço Médio	Valor Total	Preço %	V. Nominal	Valor Total		Preço %	V. Nominal	Valor Total		
Consolidado 4% - 1940	8,43	5 692,87	88,00%	8,78	5 925,72	232,85	108,00%	10,77	7 272,47	1 579,60	1 346,75
Consolidado 3% - 1942	4,96	67 356,59	76,00%	3,79	51 453,40	-15 903,19	76,50%	3,82	51 791,91	-15 564,68	338,51
TOTAL		73 049,46			57 379,12	-15 670,34			59 064,38	-13 985,08	1 685,26

11.2. Obrigações

A CPME detém obrigações adquiridas em 2 de fevereiro de 2015, cuja valorização segue o mesmo critério expresso para os Títulos da Dívida Pública e que está expresso na nota 11.1. Os valores das obrigações em 31 de dezembro de 2017 estão inscritos no quadro seguinte:

MAPA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - OBRIGAÇÕES (BANCO BPI)

Designação	Qtd.	V.Nominal Unitário	Montante ao Valor Nominal	Valor de Compra	Maturidade	Saldo Ajustamentos de valor efetuados em 01/01/2017	Ajustamentos valor em 2017		Saldo Ajustamentos de valor efetuados em 31/12/2017	Reembolsos em 2017		Valor de Cotação em 31/12/2017
							Aumentos	Reduções		Valor reembolsado	Perdas Aquisição	
BIAL TV 2019	5	10 000,00	50 000,00	50 754,40	10/07/2019	383,28	222,80	0,00	606,08	0,00	0,00	51 360,48
IMPRESA SCPS TV	3	50 000,00	150 000,00	152 056,56	12/11/2018	-1 533,68	0,00	-2 000,61	-3 534,29	0,00	0,00	148 522,27
JOSE SAUDE 2019	10	10 000,00	100 000,00	102 373,26	09/06/2019	-1 219,62	731,56	0,00	-488,06	0,00	0,00	101 885,20
MEDIA CAP 14-19	10	10 000,00	100 000,00	100 571,35	14/07/2019	-4 283,91	2 703,98	0,00	-1 579,93	-20 000,00	0,00	78 991,42
MOTA ESA 5,5%	15	10 000,00	150 000,00	158 175,91	22/04/2019	-12 662,41	10 544,83	0,00	-2 117,58	0,00	0,00	156 058,33
PARPUB 3,567% 20	150	1 000,00	150 000,00	158 081,16	22/09/2020	-767,77	5 752,68	0,00	4 984,91	0,00	0,00	163 066,07
SAUDACOR-TV-2017	10	10 000,00	100 000,00	100 008,63	03/07/2017	1 384,93	0,00	-1 384,93	0,00	-100 000,00	-8,63	0,00
SEMAPA 2014/2019	150	1 000,00	150 000,00	157 401,32	17/04/2019	-3 350,11	603,99	0,00	-2 746,12	603,99	0,00	154 655,20
TOTAIS			950 000,00	979 422,59		-22 049,29	20 559,84	-3 385,54	-4 874,99	-120 000,00	-3 385,54	854 538,97

11.3. Empréstimos aos sócios

Os empréstimos aos sócios concedidos ao abrigo do normativo da CPME, nomeadamente o seu Estatuto, regulamento Estatutário e Normas Internas são destinados a:

- Compra ou construção de casa própria,
- Obras em casa própria,
- Apoio à família (compreende os empréstimos para cuidados de saúde, aquisição de equipamento educativo e profissional e bolsas de estudo)

Os juros aplicáveis a cada um destes tipos de empréstimos são deliberados pelo Conselho de Administração, sendo as respetivas taxas e condições específicas inscritas nos regulamentos de cada modalidade de empréstimo. As taxas de juro poderão ser alteradas tendo em conta as condições de mercado e a sua evolução.

Durante o exercício de 2017 os juros praticados variaram entre os 5% para os empréstimos de apoio à família e os 5,5% para os empréstimos relativos a construção, compra e obras em habitações permanentes e os 6% para não permanentes. As taxas não são indexadas e sobre elas não acresce qualquer “spread”.

Os empréstimos aos sócios são valorizados ao custo amortizado, sendo que em 31 de dezembro de 2017 os montantes reconhecidos não incluem qualquer efeito de desconto de juros, dado que as taxas aplicadas estão alinhadas com o mercado, tal como referido na Nota 3.9.3.

11.4. Discriminação de outros instrumentos financeiros

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo/custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida es- criturada	Custo/custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida es- criturada
Ativo corrente						
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membros	22 430,63	18 292,43	4 138,20	25 291,15	19 080,94	6 210,21
Outros créditos a receber	256 399,69	247 718,06	8 681,63	266 961,81	240 904,27	26 057,54
Total	278 830,32	266 010,49	12 819,83	292 252,96	259 985,21	32 267,75
Passivo corrente						
Fornecedores	181 016,78	0,00	181 016,78	194 573,91	0,00	194 573,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membros	136 870,46	0,00	136 870,46	153 743,11	0,00	153 743,11
Outros passivos correntes:						
Acréscimo de gastos	88 523,73	0,00	88 523,73	87 559,86	0,00	87 559,86
Rendas em caução de inquilinos	86 510,00	0,00	86 510,00	80 250,00	0,00	80 250,00
Adiantamentos de inquilinos	4 951,50	0,00	4 951,50	6 072,50	0,00	6 072,50
Outros passivos correntes	4 210,44	0,00	4 210,44	1 385,98	0,00	1 385,98
Total outros passivos correntes	184 195,67	0,00	184 195,67	175 268,34	0,00	175 268,34
Total	502 082,91	0,00	502 082,91	523 585,36	0,00	523 585,36

11.5. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Da análise dos riscos relativos a instrumentos financeiros, nomeadamente os riscos de crédito e de liquidez, chega-se à conclusão que estes não são materialmente relevantes, uma vez que não existem dívidas em mora relativamente às quais não haja a expectativa de recebimento no exercício seguinte e todas as imparidades calculadas refletem a totalidade dos créditos sobre os quais incidem.

Relativamente à análise de risco efetuada sobressaem os valores de empréstimos concedidos a sócios para aquisição de habitação ou para obras, discriminando-se abaixo os processos em curso relativos a estes tipos de empréstimos à data de 31/12/2017:

Nº.de ordem	Garantia do Empréstimo	Avaliação do Imóvel €	Valor do Empréstimo €	Prazo do Empréstimo (anos)	Início do Empréstimo Data/Escritura	Início do Empréstimo 1ª Prestação
1	Hipoteca	130.000,00	15.000,00	13	12/10/2004	01/03/2005
2	Hipoteca	91.300,00	70.000,00	15	09/12/2010	21/12/2011
3	Hipoteca	47.545,41	39.903,83	20	28/05/1998	28/05/1998
4	Hipoteca	99.759,57	34.915,85	20	16/11/2001	01/12/2001
5	Hipoteca	178 687,86	165 000,00	20	06/12/2012	06/12/2012

12. ÓRGÃOS SOCIAIS

12.1. Composição dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da CPME são compostos pela Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A composição destes órgãos é a seguinte:

a) Mesa da Assembleia Geral

Um Presidente, dois Secretários Efetivos e dois Secretários Suplentes.

b) Conselho de Administração

Um Presidente, um Vice-Presidente, um Administrador Delegado, um Administrador Delegado Substituto, um Vogal Secretário e dois Vogais Suplentes.

c) Conselho Fiscal

Um Presidente, dois Vogais Efetivos e dois Vogais Suplentes.

Durante o exercício de 2017 nenhum membro dos órgãos sociais auferiu qualquer remuneração.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1. Pessoal

Pessoal	31/12/2016	Entradas	Saídas	31/12/2017
Funcionários	20	0	0	20
Avençados	4	0	0	4
Porteiras	20	1	1	20

13.2. Discriminação de valores das principais rubricas de balanço

13.2.1. Desagregação de valores do exercício

	2017	2016
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e Outras Construções	1 833 644,35	1 849 082,00
Equipamento Administrativo - Móveis e Utensílios	11 583,03	16 305,99
Equipamento Administrativo - Material Informático	21 758,11	48 822,01
Equipamento Administrativo - Material Cozinha e Refeitório	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Totais	1 866 985,49	1 914 210,00

	2017	2016
Propriedades de investimento:		
Terrenos (25%)	9 281 383,89	9 281 383,89
Edifícios e Outras Construções (75%)	13 224 075,07	13 224 075,07
Edifícios e Outras Construções (Reparações)	11 092 800,06	10 957 562,98
Totais	33 598 259,02	33 463 021,94
Outros investimentos financeiros (Ativo não corrente):		
Empréstimos sob Hipotecas para Habitação	139 361,88	149 215,58
Empréstimos sob Hipotecas para Obras	46 897,97	51 318,23
Empréstimos de Apoio à Família	627,19	924,67
Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
Empréstimos sobre Quotas Pagas	0,00	960,01
Fundo Compensação Trabalho(FCT)	37,04	2,94
Totais	186 924,08	202 421,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros (Ativo):		
Sócios - Quotas Novas Modalidades	1 415,56	1 490,74
Sócios - Quotas e Joias por Cobrar	2 722,64	2 656,17
Sócios - Conta Corrente	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos Habitação Vencidas	0,00	1 552,61
Sócios - Prestações de Empréstimos Obras Vencidas	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos Apoio à Família	0,00	166,73
Sócios - Prestações de Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos sobre Quotas Pagas	0,00	343,96
Sócios - Cobrança Duvidosa	0,00	0,00
Totais	4 138,20	6 210,21
Outros créditos a receber:		
Rendas de Imóveis por Cobrar	1 106,41	8 717,26
Devedores Duvidosos - Processos de Rendas de Inquilinos	0,00	0,00
Acrêscimos de Rendimentos	7 076,10	9 826,29
Outras	945,52	7 513,99
Totais	9 128,03	26 057,54
Outros ativos financeiros (Ativo Corrente):		
Empréstimos sob Hipotecas para Habitação	9 854,07	15 884,99
Empréstimos sob Hipotecas para Obras	4 420,26	5 400,71
Empréstimos de Apoio à Família	1 097,13	2 183,81
Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
Empréstimos sobre Quotas Pagas	960,01	4 177,94
Obrigações	854 538,97	957 373,30
Títulos da Dívida Pública	59 064,38	57 379,12
Totais	929 934,82	1 042 399,87

	2017	2016
Reservas:		
Reservas legais	2 350 195,28	2 112 477,94
Reserva para Assistência Social	294 323,80	294 323,80
Reserva Extraordinária	3 379 520,72	3 011 058,84
Reserva Extraordinária para Beneficiação de Imóveis	2 533 132,04	2 134 955,48
Totais	8 557 171,84	7 552 816,06
Provisões específicas:		
Subsídios por Morte	5 520 513,35	5 409 953,91
Rendas Vitalícias	156 730,17	152 540,10
Seguro de Vida Inteira	105 921,11	95 075,96
Pensões de Reforma - Formação	123 267,23	122 321,32
Pensões de Reforma - Curso	38 806,52	22 767,42
Seguro de Reforma	610 304,90	543 790,81
Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação	10 048,18	1 518,29
Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso	8 401,57	10 786,00
Seguro de Maioridade	9 113,63	17 366,32
Seguro de Lazer	585 727,92	547 119,72
Capitais Diferidos com Opção	3 649,31	2 447,93
Totais	7 172 483,89	6 925 687,78
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros (Passivo):		
Sócios - Novas Modalidades	3 406,74	2 148,05
Sócios - Quotas e Joias Antecipadas	4 850,48	4 759,15
Sócios - Conta Corrente	40,17	31,73
Sócios - Prestações de Empréstimos Apoio à Família	0,00	0,33
Subsídios por Morte	126 967,74	140 276,18
Rendas Vitalícias	1 605,33	6 527,67
Totais	136 870,46	153 743,11

13.2.2. Acréscimos e diferimentos

13.2.2.1. Acréscimos de gastos e de rendimentos

	2017	2016		2017	2016
Acréscimos de Rendimentos:			Acréscimos de Gastos:		
Juros Depósitos a Prazo	1 196,77	1 993,15	Encargos Férias 2017 a gozar em 2018	85 330,94	77 910,72
Juros Títulos da Dívida Pública	446,40	446,40	Electricidade	0,00	392,27
Juros Obrigações	5 432,93	6 836,74	Comissões Bancárias	20,80	75,86
Conservação de Imóveis	0,00	550,00	Honorários Auditoria	1 845,00	6 027,00
			Água	50,25	190,62
			Telefones/Fax/Internet	553,50	1 199,35
			Serviços de Limpeza	723,24	1 764,04
Total	7 076,10	9 826,29	Total	88 523,73	87 559,86

13.2.2.2. Diferimentos

	2017	2016		2017	2016
Rendimentos Diferidos:			Gastos Diferidos:		
Liberação Quotas	15 709,54	6 601,34	Serviços informáticos	2 227,99	376,22
Rendas 2018 vencidas em 2017	260 853,36	252 368,97	Serviços de desinfestação	243,80	239,19
Bónus Preferência Arrendamento	23 055,34	26 388,70	Manutenção Elevadores	114,07	63,54
			Seguro Incêndio	2 475,42	3 460,57
			Seguro Acidentes Trabalho	862,18	819,07
			Seguro Multirriscos	131,44	120,28
			Seguro Elevadores	14,63	14,59
			Tickets de refeição	871,20	2 090,88
			Serviços Medicina Trabalho	1 552,74	1 504,58
			Serviços Assistência Equipamentos	0,00	673,52
Total	299 618,24	285 359,01	Total	8 493,47	9 362,44

13.2.3. Retenções para garantia de obras realizadas

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Faturado	Retenções Garantia	Valor Faturado	Retenções Garantia
Em Prédios Investimento	2 538 735,56	158 563,44	2 517 308,57	168 307,81
Em Prédios Ativo Fixo Tangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 538 735,56	158 563,44	2 517 308,57	168 307,81

13.3. Discriminação de valores das principais rubricas da demonstração de resultados por natureza

13.3.1. Fornecimentos e serviços externos

Contas ESNL	GASTOS	2017	2016
62	Fornecimentos e Serviços Externos		
621101	Empreitada Geral de Construção	0,00	0,00
621102	Trabalhos de Eletricidade	32 357,24	24 222,38
621103	Trabalhos de Canalizações e Esgotos	49 168,26	98 387,53
621104	Trabalhos de Pinturas	123,00	0,00
621105	Trabalhos de Carpintarias	11 907,12	9 735,45
621106	Trabalhos de Caixilharia	14 577,85	37 707,35
621107	Trabalhos de Pavimentação	12 396,85	9 213,07
621108	Trabalhos Impermeabilização	13 265,05	23 800,50
621109	Trabalhos de Construção Civil	32 039,15	39 806,61
621110	Outras Despesas de Conservação	13 114,46	21 849,10
6221	Trabalhos especializados	64 061,27	82 444,77
6222	Publicidade e propaganda	5 833,91	6 333,28
6223	Vigilância e segurança	20 773,90	21 431,83
6224	Honorários	1 958,92	1 195,20
62261	Manutenção de Elevadores	43 909,55	67 799,61
62262	Conservação Manutenção Centro Férias	0,00	0,00
62263	Outros	10 455,78	10 177,17
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	481,91	485,60
6232	Livros e documentação técnica	129,80	1 196,44
6233	Material de escritório	21 505,46	26 405,41
6234	Artigos para oferta	150,50	0,00
6238	Outros	320,78	56,58
6241	Eletricidade	36 645,60	31 196,56
6242	Combustíveis	0,00	0,00
6243	Água	7 188,76	7 460,86
6251	Deslocações e estadas	2 896,87	3 569,22
6252	Transportes de pessoal	1 242,05	1 120,35
6253	Transportes de Mercadorias	0,00	0,00
62611	Locação de Edifícios	0,00	0,00
62612	Locação de Outros Bens	26 086,02	25 489,54
6262	Comunicação	34 302,85	40 057,51
6263	Seguros	71 119,70	36 816,40
6265	Contencioso e notariado	0,00	143,94
6267	Limpeza, higiene e conforto	70 712,26	68 861,69
6268	Outros serviços	7 500,42	10 539,85
	Total	606 225,29	707 503,80

13.3.2. Gastos com o pessoal

Contas ESNL	GASTOS	2017	2016
63	Gastos com o Pessoal		
63193	Transportes	0,00	0,00
63194	Alimentação e Alojamento	0,00	0,00
63211	Pessoal Além dos Quadros	0,00	0,00
63212	Pessoal em Reg. de Tarefa ou Avença	65 648,85	71 430,72
63213	Pessoal do Quadro Privativo	306 746,81	278 762,89
63214	Subsídio de Refeição	31 929,48	32 749,86
63215	Subsídio de Férias e Natal	71 365,73	67 023,75
63216	Horas Extraordinárias	259,11	1 350,09
63217	Outros Abonos em Num. ou Espécie	2 878,11	2 845,71
63218	Pessoal Auxiliar e Porteiros	86 553,26	84 165,79
63220	Pessoal Contratado a Termo Certo	0,00	5 907,48
63221	Prestações Complementares	0,00	0,00
63222	Horas Extraord.Is.Hor.Trb-art.265CT	13 644,41	13 014,23
63223	Complemento de Doença	674,49	709,74
6351	Encargos s/ Remun. - Seg.Social	109 384,79	102 659,77
6352	Encargos s/ Remunerações - CGA	0,00	0,00
6353	Encargos s/ Remunerações - ADSE	0,00	0,00
6354	Encargos s/ Remunerações - FGCT	2,86	4,56
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 260,14	5 058,27
637	Gastos de ação social	0,00	11,99
6381	Cursos de Formação	297,60	608,85
6382	Fardamentos	0,00	0,00
6385	Bónus e Prémios	24 490,32	20 751,11
6386	Recrutamento de Pessoal	0,00	0,00
6387	Alimentação	405,12	325,99
6388	Indemnizações Cessação Contrato	0,00	0,00
	Total	717 541,08	687 380,80

13.3.3. Juros e rendimentos similares obtidos

	2017	2016
Juros obtidos		
Depósitos a prazo	21 929,95	26 594,14
Juros de mora e outros	339,88	92,30
Títulos da Dívida Pública	2 300,38	2 301,87
Obrigações	34 408,82	37 140,85
Totais	58 979,03	66 129,16

13.3.4. Vendas e serviços prestados

	2017	2016
Quotizações de associados:		
Subsídio por morte	139 818,69	142 984,02
Novas modalidades de seguros:		
Seguro de Vida Inteira	8 810,89	8 607,48
Pensões de Reforma	7 909,46	8 500,32
Seguro de Reforma	65 508,67	65 943,70
Seguro de Prosseguimento de Estudos	297,05	634,00
Seguro de Maioridade	1 070,43	1 356,43
Seguro de Lazer	71 982,74	68 621,76
Capitais Diferidos com Opção	262,04	249,60
Capital Repartido	0,00	0,00
Capital Duplo	0,00	0,00
Regularização de quotas	0,00	0,00
Totais	295 659,97	296 897,31

13.3.5. Outros rendimentos e outros gastos

	2017	2016
Outros rendimentos:		
Recuperação de Dívidas a Receber	0,00	7 102,40
Rendimentos e Ganhos Rest.Ativos Financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Invest. Não Financeiros	3 058 774,93	2 909 555,85
Rendimentos Correntes Relativos a Sócios:		
Recuperação Quotas	14,92	15,05
Rendas Vitalícias Anuladas	5 413,78	1 799,94
Subsídios Anulados	11 952,81	7 900,07
Empréstimos a associados:		
Habitação	8 689,16	9 579,34
Obras	2 918,41	3 205,91
Equipamento educativo e profissional	0,00	0,00
Cuidados de saúde	126,64	247,24
Bolsas de estudo	0,00	0,00
Sobre reservas matemáticas	0,00	0,00
Sobre quotas pagas	185,23	316,24
Outros	13 594,42	21 500,67
Totais	3 101 670,30	2 961 222,71

Outros gastos:		
Impostos	42 282,71	36 310,45
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Gastos e Perdas em Invest. Não Financeiros	0,00	0,00
Gastos Correntes Relativos a Sócios:		
Subs. por Morte (Extraordinários)	97 443,18	94 496,14
Subs. por Morte (Ordinários)	65 954,20	74 601,91
Rendas Vitalícias	25 894,87	25 144,36
Restituição de Quotas	12 963,37	27 385,81
Capital Vencido Seguros	108 089,84	49 281,39
Resgates Reservas Matemáticas	0,00	794,20
Juros nos Termos do Estatuto	0,20	0,00
Outros Gastos Inerentes a Sócios	0,00	0,00
Outros	5 949,15	26 082,31
Totais	358 577,52	334 096,57

13.4. Publicação do relatório e contas

Segundo o art.º 20º n.º 1 alínea f) dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 173/97 de 29 de julho, compete ao Conselho de Administração promover a publicação na imprensa do relatório e contas da CPME, até oito dias antes da data fixada para a reunião da Assembleia Geral.

13.5. Revisor Oficial de Contas

A entidade dispõe de Revisor Oficial de Contas:

PKF & Associados, SROC, Lda., n.º 152

Representada por: Paulo Jorge Macedo Gamboa (ROC n.º 1068 / CMVM n.º 20160680)

Valor do contrato em 2017: 4.900€

14. OUTRAS DIVULGAÇÕES

De acordo com o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017, publicado no Diário da República em 22 de janeiro de 2018, tendo a CPME pago Taxa Municipal de Proteção Civil de Lisboa entre os anos de 2015 e 2017, no montante de 43 996,73 euros, prevê-se a devolução do valor no decurso do ano de 2018.

Lisboa, 26 de fevereiro 2018

O Administrador Delegado
Alípio Magalhães Fernandes

O Presidente do Conselho de Administração
António Manuel Dias Farinha

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Quadro Complementar dos Gastos em 31 de dezembro de 2017

Valores em euros

Contas ESNL	GASTOS	2017	2016
62	Fornecimentos e Serviços Externos		
621101	Empreitada Geral de Construção	0,00	0,00
621102	Trabalhos de Eletricidade	32 357,24	24 222,38
621103	Trabalhos de Canalizações e Esgotos	49 168,26	98 387,53
621104	Trabalhos de Pinturas	123,00	0,00
621105	Trabalhos de Carpintarias	11 907,12	9 735,45
621106	Trabalhos de Caixilharia	14 577,85	37 707,35
621107	Trabalhos de Pavimentação	12 396,85	9 213,07
621108	Trabalhos Impermeabilização	13 265,05	23 800,50
621109	Trabalhos de Construção Civil	32 039,15	39 806,61
621110	Outras Despesas de Conservação	13 114,46	21 849,10
6221	Trabalhos especializados	64 061,27	82 444,77
6222	Publicidade e propaganda	5 833,91	6 333,28
6223	Vigilância e segurança	20 773,90	21 431,83
6224	Honorários	1 958,92	1 195,20
62261	Manutenção de Elevadores	43 909,55	67 799,61
62262	Conservação Manutenção Centro Férias	0,00	0,00
62263	Outros	10 455,78	10 177,17
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	481,91	485,60
6232	Livros e documentação técnica	129,80	1 196,44
6233	Material de escritório	21 505,46	26 405,41
6234	Artigos para oferta	150,50	0,00
6238	Outros	320,78	56,58
6241	Eletricidade	36 645,60	31 196,56
6242	Combustíveis	0,00	0,00
6243	Água	7 188,76	7 460,86
6251	Deslocações e estadas	2 896,87	3 569,22
6252	Transportes de pessoal	1 242,05	1 120,35
6253	Transportes de Mercadorias	0,00	0,00
62611	Locação de Edifícios	0,00	0,00
62612	Locação de Outros Bens	26 086,02	25 489,54
6262	Comunicação	34 302,85	40 057,51
6263	Seguros	71 119,70	36 816,40
6265	Contencioso e notariado	0,00	143,94
6267	Limpeza, higiene e conforto	70 712,26	68 861,69
6268	Outros serviços	7 500,42	10 539,85
	Total	606 225,29	707 503,80

Contas ESNL	GASTOS	2017	2016
63	Gastos com o Pessoal		
63193	Transportes	0,00	0,00
63194	Alimentação e Alojamento	0,00	0,00
63211	Pessoal Além dos Quadros	0,00	0,00
63212	Pessoal em Reg. de Tarefa ou Avença	65 648,85	71 430,72
63213	Pessoal do Quadro Privativo	306 746,81	278 762,89
63214	Subsídio de Refeição	31 929,48	32 749,86
63215	Subsídio de Férias e Natal	71 365,73	67 023,75
63216	Horas Extraordinárias	259,11	1 350,09
63217	Outros Abonos em Num. ou Espécie	2 878,11	2 845,71
63218	Pessoal Auxiliar e Porteiros	86 553,26	84 165,79
63220	Pessoal Contratado a Termo Certo	0,00	5 907,48
63221	Prestações Complementares	0,00	0,00
63222	Horas Extraord.Is.Hor.Trb-art.265CT	13 644,41	13 014,23
63223	Complemento de Doença	674,49	709,74
6351	Encargos s/ Remun. - Seg.Social	109 384,79	102 659,77
6352	Encargos s/ Remunerações - CGA	0,00	0,00
6353	Encargos s/ Remunerações - ADSE	0,00	0,00
6354	Encargos s/ Remunerações - FGCT	2,86	4,56
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 260,14	5 058,27
637	Gastos de ação social	0,00	11,99
6381	Cursos de Formação	297,60	608,85
6382	Fardamentos	0,00	0,00
6385	Bónus e Prémios	24 490,32	20 751,11
6386	Recrutamento de Pessoal	0,00	0,00
6387	Alimentação	405,12	325,99
6388	Indemnizações Cessação Contrato	0,00	0,00
	Total	717 541,08	687 380,80

64	Gastos de Depreciação e de Amortização		
6412	Edifícios e Outras Construções	285 464,89	240 883,58
6422	Edifícios e Outras Construções	15 437,65	15 437,64
64251	Móveis e Utensílios	4 722,96	7 571,15
64252	Material de Informática	27 063,90	29 285,33
64253	Equipamento de Cozinha e Ref.	0,00	0,00
6427	Outras Imob. Corpóreas	0,00	0,00
	Total	332 689,40	293 177,70

65	Perdas por Imparidade		
65121	Outras Dívidas de Terceiros (Inq)	14 329,68	26 206,16
65122	Dívidas de Empréstimos a Sócios	0,00	0,00
	Total	14 329,68	26 206,16

Contas ESNL	GASTOS	2017	2016
66	Perdas por Reduções Justo Valor		
6611	Em Obrigações	3 385,54	15 564,64
6612	Em Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00
	Total	3 385,54	15 564,64

67	Provisões do Período		
673	Processos judiciais em curso	0,00	0,00
6781	Dotação p/ Reservas Matemáticas	313 900,95	116 794,08
	Total	313 900,95	116 794,08

68	Outros Gastos e Perdas		
68111	Outros Impostos (IRC-Ret. na Fonte)	14 084,74	15 933,06
68121	Imposto Selo	0,00	0,00
6812201	Aquis. Direito Propriedade	0,00	0,00
6812202	Arrendamento e Alterações	559,05	2 450,70
6812203	Autos e Termos Perante Serviços Púb	0,00	0,00
6812204	Cheques de Qualquer Natureza	0,00	0,00
6812205	Comodato	0,00	0,00
6812206	Depósito Civil	0,00	0,00
6812207	Depósito Serv. Públ. de Estatutos	0,00	0,00
6812208	Escritos de Quaisquer Contratos	0,00	0,00
6812209	Exploração Recursos Contrato Adm.	0,00	0,00
6812210	Garantias das Obrigações	0,00	0,00
6812211	Jogo	0,00	0,00
6812212	Licenças	0,00	0,00
6812213	Livros dos Comerciantes	0,00	0,00
6812214	Marcas e Patentes	0,00	0,00
6812215	Notariado e atos Notariais	0,00	0,00
6812216	Operações Aduaneiras	0,00	0,00
6812217	Operações Financeiras	0,00	0,00
6812218	Precatórios	9,97	0,00
6812219	Publicidade	0,00	0,00
6812220	Reg. em Conserv. Bens Móveis	0,00	0,00
6812221	Reporte Sobre o Valor do Contrato	0,00	0,00
6812222	Seguros	0,00	0,00
6812223	Titulos de Crédito	0,00	0,00
6812224	Titulos da Dívida Pública	0,00	0,00
6812225	Vales de Correio e Telégrafos	0,00	0,00

Contas ESNL	GASTOS	2017	2016
68	Outros Gastos e Perdas		
6813	Taxas	27 628,95	17 926,69
683	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
68811	Outros Custos e Perd. Extraord.	0,00	0,00
68812	Dif. Câmbio Extraord (EURO)	0,00	0,00
68818	Reg.de Proveitos e G. Financeiros	0,00	0,00
68819	Anulação Proveitos Emp. Saúde	0,00	0,00
6882	Donativos	0,00	0,00
6886	Perdas em Instrumentos Financeiros	8,63	0,00
68881	Serviços Bancários	2 921,02	2 673,81
688822	Custas Judiciais	2 983,50	1 122,00
688823	Outras Penalidades	0,00	50,50
688831	Indemnização a Terceiros por Danos	0,00	0,00
68883311	Instituições Particulares	36,00	36,00
68883312	Euro - Arredondamento	0,00	0,00
68883319	Outros	0,00	22 200,00
68911	Juros nos Termos do Estatuto	0,20	0,00
68912	Subs. por Morte (Ordinários)	65 954,20	74 601,91
68913	Subs. por Morte (Extraordinários)	97 443,18	94 496,14
68914	Subsídios Anulados	0,00	0,00
68921	Devolução de Quotas Puras	12 963,37	27 385,81
68922	Resgate de 80% da Reserva Mat.	0,00	794,20
68931	Capital Vencido em Vida	108 089,84	49 281,39
68932	Capital Vencido por Morte	0,00	0,00
68951	Rendas Vitalícias	25 894,87	25 144,36
68981	Custos Diversos Sócios	0,00	0,00
68982	Restituição Quotas a Falecidos	0,00	0,00
68983	Outros Custos Inerentes a Sócios	0,00	0,00
68984	Restituição de Quotas art 14º A Est.	0,00	0,00
68985	Outros Custos e Perd-Reg. Quot. CGA	0,00	0,00
68986	Outros Custos e Perd-Reg. Quot. NM	0,00	0,00
68987	Regularização Dív.Emp.Quotas Pagas	0,00	0,00
	Total	358 577,52	334 096,57
69	Gastos e Perdas de Financiamento		
6917	Juros de Locações Financeiras	0,00	0,00
6918	Outros juros	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00
	TOTAL GERAL	2 346 649,46	2 180 723,75

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Quadro Complementar dos Rendimentos em 31 de dezembro de 2017

Valores em euros

Contas ESNL	RENDIMENTOS	2017	2016
72	Prestações de Serviços		
72211	Jóias	0,00	0,00
72212	Quotas	140 101,51	143 417,36
72213	Anulação de Quotas e Jóias	-385,36	-517,52
72214	Recuperação de Quotas p/Reaquisição	102,54	66,08
722151	Quotas Puras	146 252,69	144 445,25
722152	Quotas Administrativas	9 588,59	9 468,04
72216	Receita para Enc. Adm. (Artº 23º Reg)	0,00	0,00
722711	Quotas Restituídas - Reaquisição	0,00	0,00
722712	Quotas Puras-Reaquisição Novas Mod	0,00	0,00
722721	Anulação de Quotas por Demissão	0,00	1,35
722729	Outras regularizações	0,00	16,75
	Total	295 659,97	296 897,31

75	Subsídios à Exploração		
752	Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00

76	Reversões		
7611	Propriedades de Investimento	0,00	0,00
7612	Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00
762111	Inquilinos em contencioso	7 515,89	8 250,76
762112	Inquilinos com rendas em mora	0,00	0,00
762113	Inquilinos com outros crêd.mora	0,00	0,00
762121	Empréstimos Cobrança Duvidosa	788,51	0,00
7621221	Empréstimos p/ Habitação	0,00	0,00
7621222	Empréstimos p/ Obras	0,00	0,00
7621223	Empréstimos p/ Cuidados de Saúde	0,00	0,00
7621224	Empréstimos p/ Equip. Educ. e Prof	0,00	0,00
7621225	Empréstimos p/ Educ. Bolsas Estudo	0,00	0,00
76231	Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00
7633	Processos judiciais em curso	0,00	0,00
76381	Ajuste das Reservas Matemáticas	249 107,72	34 779,47
	Total	257 412,12	43 030,23

Contas ESNL	RENDIMENTOS	2017	2016
77	Ganhos por Aumentos Justo Valor		
7711	Em Obrigações	20 559,84	0,00
7712	Em Títulos da Dívida Pública	1 685,26	2 031,06
	Total	22 245,10	2 031,06

78	Outros Rendimentos e Ganhos		
783	Recuperação de dívidas a receber	0,00	7 102,40
7861	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
78731	Rendas de Prédios, Vencidas	3 058 774,93	2 909 555,85
78732	Retroativos de Rendas	0,00	0,00
788101	Custos Inerentes a Sócios	0,00	0,00
788102	Fornec. e Serviços Externos	0,00	0,00
788103	Reg. de Impostos e Taxas	122,61	0,00
788104	Reembolso de Seg. Ac. Trab.	0,00	0,00
78810701	Acórdãos Judiciais - Rendas Inquil.	0,00	0,00
7883	Imputação de subsídios para investimentos	0,00	0,00
7884	Ganhos em Outros Instrum. Financ.	0,00	0,72
788801	Reembolso de Despesas	404,42	750,17
788802	Diferenças por Correção de Contas	0,00	0,00
788803	Diversos Ganhos Operacionais	0,00	0,00
788804	Reembolso de Telefones	0,00	0,00
788805	Reembolso Valores Selados	0,00	0,00
788806	Reembolso de Portes de Correios	1 048,21	1 393,15
788807	EURO - Arredondamento	0,37	0,00
788808	Benefícios de Penalidades Contratuais	8 436,12	16 023,27
788809	Donativos	0,00	0,00
78881001	Acidentes de Trabalho	0,00	0,00
78881002	Prêmios	249,32	0,00
78881003	Indemnização por Sinistro	0,00	0,00
788811	Outros Prov. e Ganhos-Reg Quot. CGA	14,92	15,05
788812	Rendas Vitalícias Anuladas	5 413,78	1 799,94
788813	Indemnização por Sinistro	0,00	0,00
788815	Outros Proveitos e Ganhos	3 333,37	3 333,36
788816	Subsídios Anulados	11 952,81	7 900,07
	Total	3 089 750,86	2 947 873,98

Contas ESNL	RENDIMENTOS	2017	2016
79	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares		
7911	de Depósitos	21 929,95	26 594,14
79121	de Obrigações	34 408,82	37 140,85
791811	de Hip. para Obras 2 ^a Hab.(OS)	68,50	160,73
791812	de Hipotecas para Habitação	8 689,16	9 579,34
791813	de Hipotecas para Obras	2 849,91	3 045,18
791814	de Empréstimos p/ Equip. Educ. Prof	0,00	0,00
791815	de Empréstimos p/ Cuidados de Saúde	126,64	247,24
791816	de Empréstimos p/ Bolsas de Estudo	0,00	0,00
791817	de Empréstimos Sobre 80% Reservas Matemáticas	0,00	0,00
791818	de Empréstimos Sobre Quotas Pagas	185,23	316,24
7981	Títulos da Dívida Pública	2 300,38	2 301,87
7983	Outros Juros	339,88	92,30
	Total	70 898,47	79 477,89
	TOTAL GERAL	3 735 966,52	3 369 310,47

BALANÇOS - MAPA COMPARATIVO DOS ÚLTIMOS DOIS EXERCÍCIOS

ATIVO			
	Contas	2017	2016
1	Caixa	98,43	100,96
2	Depósitos em Bancos	6 352 224,23	4 846 937,85
3	Obrigações (Corporate Bonds)	854 538,97	957 373,30
4	Quotas e Joias	4 138,20	4 146,91
5	Rendas de Prédios	1 106,41	8 717,26
6	Prestações de Hipotecas para Habitação	0,00	1 552,61
7	Prestações de Hipotecas para Obras	0,00	0,00
8	Prestações de Empréstimos para Apoio à Família	0,00	166,73
9	Prestações de Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
10	Prestações de Empréstimos sobre Quotas Pagas	0,00	343,96
11	Devedores	8 021,62	17 340,28
12	Prédios de Rendimento	33 598 259,02	33 463 021,94
13	Hipotecas para Habitação	149 215,95	165 100,57
14	Hipotecas para Obras	51 318,23	56 718,94
15	Empréstimos de Apoio à Família	1 724,32	3 108,48
16	Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
17	Empréstimos sobre Quotas Pagas	960,01	5 137,95
18	Edifícios e Outras Construções	1 833 644,35	1 849 082,00
19	Móveis e Utensílios	11 583,03	16 305,99
20	Material de Informática	21 758,11	48 822,01
21	Material de Cozinha e Refeitório	0,00	0,00
22	Titulos de Dívida Pública	59 064,38	57 379,12
23	Diferimentos	8 493,47	9 362,44
24	Fundo Compensação Trabalho	37,04	2,94
	Sub-total	42 956 185,77	41 510 722,24
	Contas de Ordem		
25	Hipotecas para Habitação	0,00	0,00
26	Hipotecas para Obras	0,00	0,00
	Sub-total	0,00	0,00
	Total	42 956 185,77	41 510 722,24

PASSIVO E FUNDOS PATRIMONIAIS			
	Contas	2017	2016
1	Rendas Vitalícias a Pagar	1 605,33	6 527,67
2	Subsídios a Pagar	126 967,74	140 276,18
3	Quotas e Joias Antecipadas	4 850,48	4 759,15
4	Credores	384 717,54	387 256,02
5	Reserva Matemática das Rendas Vitalícias	156 730,17	152 540,10
6	Reserva Matemática do Subsídio por Morte	5 520 513,35	5 409 953,91
7	Reserva Matemática Novas Modalidades - Seg. Sociais	1 495 240,37	1 363 193,77
8	Provisões Processos Judiciais em Curso	0,00	0,00
9	Fundo de Reserva Legal	2 350 195,28	2 112 477,94
10	Reserva Extraordinária	5 912 652,76	5 146 014,32
11	Reserva para Assistência Social	294 323,80	294 323,80
12	Resultados Transitados	25 019 453,65	25 019 453,65
13	Resultado Líquido Exercício	1 389 317,06	1 188 586,72
14	Diferimentos	299 618,24	285 359,01
	Sub-total	42 956 185,77	41 510 722,24
	Contas de Ordem		
15	Credores de Hipotecas para Habitação	0,00	0,00
16	Credores de Hipotecas para Obras	0,00	0,00
	Sub-total	0,00	0,00
	Total	42 956 185,77	41 510 722,24

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Mapa de Imóveis

Nº	Localização	Data da Compra do Imóvel	Preço de compra Reavaliação e valorização p/ obras até 31/12/2016	Grandes Reparações no exercício de 2017	Preço de compra Reavaliação e valorização p/ obras 31/12/2017
1	Rua Nova da Trindade, 1/1 - D e L. Chiado, 16/23	20/01/1938	3 111 996,84	0,00	3 111 996,84
2	Rua dos Correeiros, 8/20	18/03/1938	760 300,50	0,00	760 300,50
3	Pr. D. Pedro IV, 45/50 e R. 1º Dezembro, 66/76	25/06/1938	419 944,82	0,00	419 944,82
4	Rua D. Pedro V, 53/57 e R. da Rosa, 254/266	16/08/1938	870 676,94	0,00	870 676,94
5	Av. da Liberdade, 1/7 e Rua da Glória, 2-A	18/11/1938	2 370 310,67	0,00	2 370 310,67
6	Av. Duque de Loulé, 93/95-B	19/08/1939	2 116 368,01	0,00	2 116 368,01
7	R. 1º Dezembro, 55/65 e Calç. do Carmo, 13/17	18/08/1939	1 225 293,92	0,00	1 225 293,92
8	Rua de Macau, 12/12-A	29/12/1941	386 363,51	0,00	386 363,51
9	Rua do Forno do Tijolo, 10/10-A	29/12/1941	682 983,60	0,00	682 983,60
10	Rua Sampaio Pina, 2/14 e R. Castilho, 175/183	28/02/1942	2 029 278,09	0,00	2 029 278,09
11	Av. Almirante Reis, 250/250- A	19/06/1942	1 229 428,20	0,00	1 229 428,20
12	Rua Coelho da Rocha, 122	07/07/1942	646 391,70	0,00	646 391,70
13	Rua Augusto José Vieira, 26	18/07/1942	290 567,96	0,00	290 567,96
14	Rua Augusto José Vieira, 28	18/07/1942	294 757,19	0,00	294 757,19
15	Av. Defensores de Chaves, 36	16/10/1942	1 435 194,28	0,00	1 435 194,28
16	Av. de Berna, 27/27-A e 27-B	27/12/1943	951 518,53	0,00	951 518,53
17	Rua das Praças, 13-B/13-C	07/01/1944	1 094 703,63	0,00	1 094 703,63
18	Av. Almirante Reis, 225/225-B	29/01/1945	571 869,64	0,00	571 869,64
19	Av. Visconde Valmor, 75/75-B	07/02/1945	626 584,69	107 441,66	734 026,35
20	Travessa do Sequeiro, 4/4-B	12/02/1945	563 987,13	0,00	563 987,13
21	Rua Capitão Renato Baptista, 27/27-A	01/08/1946	797 557,49	0,00	797 557,49
22	Calçada Palma de Baixo, 9	05/08/1946	804 877,00	-5 707,20	799 169,80
23	Rua D. João V, 14/14-A	27/01/1947	1 251 931,87	0,00	1 251 931,87
24	R. Braamcamp Freire, 36/36A, R. David Lopes, 14	09/10/1947	832 307,36	0,00	832 307,36
25	Rua Tenente Espanca, 26/26-C	11/09/1948	1 450 805,77	0,00	1 450 805,77
26	Rua Luís Augusto Palmeirim, 6/6-E	13/12/1949	666 916,83	92 647,05	759 563,88
27	Rua José d'Esaguy, 10/10-D	05/12/1949	590 060,14	0,00	590 060,14
28	Estrada da Alagoa, 476 Rebelva - Carcavelos	28/05/1951	191 609,76	0,00	191 609,76
29	Rua Victor Cordon, 8/12	17/07/1953	1 131 544,90	61 254,99	1 192 799,89
30	Rua D. Estefânia, 195/195-D	24/02/1956	2 434 160,13	0,00	2 434 160,13
31	Av. Estados Unidos da América, 52/52-A	13/02/1959	1 205 123,90	0,00	1 205 123,90
32	Av. Estados Unidos da América, 113/113-A	03/03/1959	1 217 974,06	34 567,80	1 252 541,86
33	Av. Estados Unidos da América, 40/40-A	19/10/1959	1 204 124,95	0,00	1 204 124,95
34	Av. Estados Unidos da América, 38/38-A	10/04/1959	1 137 693,12	91 421,54	1 229 114,66
35	Av. Estados Unidos da América, 130/130-B	12/12/1958	1 733 748,24	0,00	1 733 748,24
36	Av. Estados Unidos da América, 123	17/07/1959	1 083 466,83	0,00	1 083 466,83
37	Alameda Santo António dos Capuchos, 4/4-C	31/08/1972	2 297 004,87	0,00	2 297 004,87
38	R. Ferreira Lapa, 29/29-B, R. Conde Redondo, 18	08/05/1972	3 959 755,07	0,00	3 959 755,07
39	Av. E. U. A., 63 e R. Cor. Bento Roma, 18/18-B	02/06/1972	3 710 446,57	0,00	3 710 446,57
TOTAIS			49 379 628,71	381 625,84	49 761 254,55

	Rendimento bruto no exercício de 2017	Despesas Conservação e Reparações	Encargos Permanentes	Total da Despesa	Rendimento Líquido	%Taxa Bruta	% Taxa Líquida	% Taxa Despesa	Nº
	236 296,24	9 815,41	13 361,81	23 177,22	213 119,02	7,59	6,85	9,81	1
	76 365,74	2 960,69	5 537,34	8 498,03	67 867,71	10,04	8,93	11,13	2
	103 221,23	3 424,04	5 008,26	8 432,30	94 788,93	24,58	22,57	8,17	3
	93 213,74	2 227,44	3 520,99	5 748,43	87 465,31	10,71	10,05	6,17	4
	167 991,11	6 451,30	14 847,66	21 298,96	146 692,15	7,09	6,19	12,68	5
	163 638,13	9 115,72	11 821,57	20 937,29	142 700,84	7,73	6,74	12,79	6
	119 366,76	635,96	3 975,39	4 611,35	114 755,41	9,74	9,37	3,86	7
	21 448,32	463,14	5 602,06	6 065,20	15 383,12	5,55	3,98	28,28	8
	13 440,00	362,28	31 498,22	31 860,50	-18 420,50	1,97	-2,70	237,06	9
	103 462,06	7 241,50	18 197,85	25 439,35	78 022,71	5,10	3,84	24,59	10
	63 936,22	10 982,32	10 727,90	21 710,22	42 226,00	5,20	3,43	33,96	11
	54 844,92	2 289,33	5 992,53	8 281,86	46 563,06	8,48	7,20	15,10	12
	23 151,10	2 031,59	3 515,45	5 547,04	17 604,06	7,97	6,06	23,96	13
	10 003,70	380,73	3 423,18	3 803,91	6 199,79	3,39	2,10	38,03	14
	93 213,85	3 454,33	9 458,18	12 912,51	80 301,34	6,49	5,60	13,85	15
	51 252,83	8 686,96	8 196,40	16 883,36	34 369,47	5,39	3,61	32,94	16
	42 685,91	2 607,03	7 948,18	10 555,21	32 130,70	3,90	2,94	24,73	17
	33 533,18	3 663,09	5 294,53	8 957,62	24 575,56	5,86	4,30	26,71	18
	60 718,50	2 964,76	5 213,65	8 178,41	52 540,09	8,27	7,16	13,47	19
	40 621,50	171,48	565,54	737,02	39 884,48	7,20	7,07	1,81	20
	38 687,42	24 839,47	3 889,32	28 728,79	9 958,63	4,85	1,25	74,26	21
	47 468,30	3 391,89	9 204,97	12 596,86	34 871,44	5,94	4,36	26,54	22
	43 872,18	1 141,81	2 668,74	3 810,55	40 061,63	3,50	3,20	8,69	23
	36 832,95	7 019,04	4 322,88	11 341,92	25 491,03	4,43	3,06	30,79	24
	35 821,43	32 414,95	5 430,96	37 845,91	-2 024,48	2,47	-0,14	105,65	25
	47 302,31	7 053,30	4 636,76	11 690,06	35 612,25	6,23	4,69	24,71	26
	64 576,40	4 060,89	4 754,15	8 815,04	55 761,36	10,94	9,45	13,65	27
	8 556,24	51,00	1 033,03	1 084,03	7 472,21	4,47	3,90	12,67	28
	117 183,90	3 773,36	3 968,03	7 741,39	109 442,51	9,82	9,18	6,61	29
	146 087,96	7 409,43	11 725,02	19 134,45	126 953,51	6,00	5,22	13,10	30
	109 809,83	3 240,29	13 568,00	16 808,29	93 001,54	9,11	7,72	15,31	31
	115 242,50	9 214,60	15 511,47	24 726,07	90 516,43	9,20	7,23	21,46	32
	95 330,15	4 405,34	14 023,45	18 428,79	76 901,36	7,92	6,39	19,33	33
	92 418,21	12 196,38	15 104,54	27 300,92	65 117,29	7,52	5,30	29,54	34
	143 054,30	4 738,45	17 720,96	22 459,41	120 594,89	8,25	6,96	15,70	35
	82 408,62	9 543,22	15 489,62	25 032,84	57 375,78	7,61	5,30	30,38	36
	52 903,35	7 728,99	7 853,84	15 582,83	37 320,52	2,30	1,62	29,46	37
	89 123,20	270,60	3 331,60	3 602,20	85 521,00	2,25	2,16	4,04	38
	131 870,15	1 344,28	11 003,82	12 348,10	119 522,05	3,55	3,22	9,36	39
	3 070 954,44	223 766,39	338 947,85	562 714,24	2 508 240,20	6,17	5,04	18,32	

DADOS ESTATÍSTICOS - MAPA COMPARATIVO DOS ÚLTIMOS CINCO EXERCÍCIOS

	DESIGNAÇÃO
	Subsídio por Morte
1	Número de sócios no fim de cada exercício
2	Mortalidade anual dos sócios, prevista pela Tábua Hm
3	Mortalidade real em cada ano
4	Relação entre mortalidades real e teórica
5	Idade média dos sócios em cada exercício
6	Subsídios subscritos, em vigor no fim de cada exercício
7	Média de capital subscrito por sócio
8	Importância das quotas anuais correspondentes
9	Média das quotas anuais
10	Subsídios vencidos até ao fim de cada exercício
11	Subsídios ordinários vencidos em cada exercício
12	Subsídios extraordinários vencidos em cada exercício
13	Rendas vitalícias vencidas até ao fim de cada exercício
	Seguros Sociais
14	Número de subscrições em cada exercício (Seguros Sociais)
	Seguro de Vida Inteira
	Pensões de Reforma
	Seguro de Reforma
	Seguro de Prosseguimento Estudos
	Seguro de Maioridade
	Seguro de Lazer
	Capitais Diferidos com Opção
	Número de novos sócios em cada exercício
15	Último número de inscrição, no fim de cada exercício
16	Acumulados das subscrições, em vigor no fim de cada exercício
	Seguro de Vida Inteira
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Pensões de Reforma - Formação
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Pensões de Reforma - Curso
	Número
	Idade Média
	Subscrições
	Melhorias
	Seguro de Reforma
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Seguro de Prosseguimento Estudos - Formação
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais

Valores em euros

	2013	2014	2015	2016	2017	
	11 730	11 492	11 234	10 952	10 661	1
	1 100	1 133	1 166	1 191	1 213	2
	231	223	247	269	255	3
	21,00%	19,70%	21,18%	22,59%	21,00%	4
	70,22	70,96	71,67	72,37	73,08	5
	8 819 640,94	8 675 000,88	8 575 131,37	8 462 809,86	8 438 139,81	6
	751,88	754,87	763,32	772,71	791,49	7
	149 287,68	146 724,00	144 675,72	141 468,24	138 073,80	8
	13,63	13,71	13,88	13,92	13,93	9
	4 547 974,79	4 681 495,02	4 806 060,67	4 975 158,72	5 138 556,10	10
	56 087,37	46 923,18	42 794,56	74 601,91	65 954,20	11
	89 968,44	86 597,05	81 771,09	94 496,14	97 443,18	12
	418 144,21	442 428,53	467 196,21	492 340,57	518 235,44	13
	23 354,47	24 284,32	24 767,68	25 144,36	25 894,87	
	32	16	23	22	27	14
	0	0	0	0	0	
	0	0	0	0	0	
	5	5	8	11	4	
	0	0	0	0	2	
	0	0	0	0	0	
	27	11	15	11	19	
	0	0	0	0	2	
	13	7	14	10	12	
	32 082	32 089	32 103	32 113	32 125	15
						16
	22	21	21	21	21	
	61	62	63	64	65	
	189 400,00	185 350,00	185 350,00	183 350,00	185 350,00	
	4 432,40	4 786,66	5 770,18	7 533,62	11 436,65	
	531,92	518,29	518,29	518,29	518,29	
	12	11	9	9	8	
	52	53	52	53	52	
	24 240,00	22 440,00	21 240,00	21 240,00	20 040,00	
	506,50	539,97	524,57	699,61	1 112,58	
	854,87	696,30	585,89	585,89	495,34	
	0	0	2	2	3	
	n.a.	n.a.	63	63	65	
	0,00	0,00	1 200,00	1 200,00	2 400,00	
	0,00	0,00	142,03	170,26	260,20	
	191	185	182	184	176	
	52	53	54	54	55	
	1 033 324,66	975 092,28	949 292,28	932 892,28	918 708,94	
	13 312,98	13 139,51	16 775,00	23 181,03	40 927,52	
	4 593,04	4 221,37	4 112,08	4 093,74	4 003,07	
	4	3	3	1	3	
	50	51	52	35	54	
	1 300,00	700,00	700,00	250,00	1 600,00	
	44,13	27,92	33,63	3,33	7,49	
	46,15	46,15	46,15	18,58	18,58	

	DESIGNAÇÃO
	Seguro de Prosseguimento Estudos - Curso
	Número
	Subscrições
	Melhorias
	Seguro de Maioridade
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Seguro de Lazer
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Capitais Diferidos com Opção
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Juros Diversos
17	Juros vencidos dos investimentos, até ao fim de cada exercício
18	Juros vencidos dos investimentos durante o ano
	Rateios (a)
19	Proposta de rateio de lucros, a distribuir pelos beneficiários de rendas vitalícias
20	Proposta de rateio de lucros, a distribuir pelos sócios, em cada exercício
21	Importâncias rateadas pelos sócios até ao fim de cada exercício
	Reservas Diversas (a)
22	Aumento da reserva extraordinária, proposto em cada exercício
23	Reservas extraordinárias, até ao fim de cada exercício
24	Aumento da reserva extraordinária para benef. de Imóv. proposto em cada exercício
25	Reserva extraordinária para beneficiação de Imóveis, até ao fim de cada exercício
26	Fundo de reserva legal, proposto em cada exercício
27	Fundo de reserva legal, até ao fim de cada exercício
28	Reserva para Assistência Social, até ao fim de cada exercício
	Prédios de Rendimento
29	Exploração de Prédios de Rendimento - Receita anual
30	Exploração de Prédios de Rendimento - Despesa anual
31	Exploração de Prédios de Rendimento - Saldo positivo anual
32	Exploração de Prédios de Rendimento - Saldos positivos acumulados
	Aplicações Financeiras
33	Depósitos
34	Títulos da Dívida Pública
35	Obrigações (Corporate Bonds)
	Demonstração de Resultados
36	Receitas em cada exercício
37	Despesas e encargos em cada exercício
38	Saldo no fim de cada exercício
	Total do Ativo
39	No fim de cada exercício
	Taxas de Rendimento
40	Taxa Geral
41	Depósitos em Bancos
42	Obrigações (Corporate Bonds)
43	Hipotecas para Habitação
44	Hipotecas para Obras
45	Títulos da Dívida Pública
46	Prédios de Rendimento
47	Empréstimos de Apoio à Família
48	Empréstimos Sobre Quotas Pagas

(a) Percentagem de resultado aprovada.

	2013		2014		2015		2016		2017		
		3		2		2		3		3	
		850,00		1 050,00		1 050,00		1 050,00		1 050,00	
		57,55		54,60		66,87		68,28		103,24	
		10		9		9		7		6	
		54		54		55		56		55	
		32 650,00		23 850,00		23 850,00		21 200,00		12 350,00	
		834,56		496,71		641,69		835,03		562,73	
		152,63		100,66		100,66		91,71		51,38	
		208		205		211		211		218	
		55		56		57		57		58	
		892 650,00		860 200,00		887 350,00		873 650,00		920 400,00	
		10 719,59		12 667,65		17 437,94		25 834,02		40 008,79	
		4 367,05		4 219,10		4 338,55		4 253,33		4 499,76	
		3		3		3		3		5	
		63		64		65		66		66	
		5 520,00		5 520,00		5 520,00		5 520,00		7 755,98	
		42,67		55,99		83,09		130,65		233,04	
		13,91		13,91		13,91		13,91		13,91	
		6 406 577,58		6 506 852,44		6 612 756,96		6 692 234,85		6 763 133,32	17
		124 793,10		100 274,86		105 904,52		79 477,89		70 898,47	18
	0,75%	4 768,45	1,00%	7 655,81	1,00%	8 494,53	0,50%	5 942,93	0,50%	6 946,59	19
	4,00%	25 431,76	6,50%	49 762,77	10,00%	84 945,30	15,00%	178 288,01	15,00%	208 397,56	20
		3 866 261,94		3 916 024,71		4 000 970,01		4 179 258,02		4 387 655,58	21
	30,00%	190 738,16	34,00%	260 297,56	30,50%	259 083,19	31,00%	368 461,88	31,00%	430 688,29	22
		2 300 939,93		2 491 678,09		2 751 975,65		3 011 058,84		3 379 520,72	23
	37,25%	236 833,22	30,50%	233 502,22	30,50%	259 083,19	33,50%	398 176,56	33,50%	465 421,21	24
		1 405 536,85		1 642 370,07		1 875 872,29		2 134 955,48		2 533 132,04	25
	28,00%	178 022,28	28,00%	214 362,69	28,00%	237 846,86	20,00%	237 717,34	20,00%	277 863,41	26
		1 482 246,11		1 660 268,39		1 874 631,08		2 112 477,94		2 350 195,28	27
		294 323,80		294 323,80		294 323,80		294 323,80		294 323,80	28
		2 243 981,20		2 468 635,48		2 664 463,31		2 929 619,98		3 070 954,44	29
		706 160,67		757 593,43		812 214,53		638 964,20		562 714,24	30
		1 537 820,53		1 711 042,05		1 852 248,78		2 290 655,78		2 508 240,20	31
		21 219 326,71		22 930 368,76		24 782 617,54		27 073 273,32		29 581 513,52	32
		3 877 930,53		4 219 744,03		3 783 673,33		4 846 937,85		6 352 224,23	33
		73 049,46		73 049,46		73 049,46		73 049,46		73 049,46	34
		n.a.		n.a.		979 422,59		979 422,59		859 413,96	35
		2 771 053,16		3 011 842,76		3 224 000,96		3 369 310,47		3 735 966,52	36
		2 135 259,29		2 246 261,71		2 374 547,89		2 180 723,75		2 346 649,46	37
		635 793,87		765 581,05		849 453,07		1 188 586,72		1 389 317,06	38
		38 269 764,76		39 130 749,67		40 134 194,27		41 510 722,24		42 956 185,77	39
		4,58		4,89		5,13		5,48		5,57	40
		2,92		2,01		1,12		0,64		0,41	41
		n.a.		n.a.		4,43		3,79		3,60	42
		5,64		5,61		5,57		5,52		5,46	43
		4,81		4,89		4,97		5,06		5,17	44
		3,15		3,15		3,14		3,15		3,15	45
		4,70		5,13		5,46		5,96		6,16	46
		4,90		4,79		5,29		4,53		4,87	47
		7,17		3,80		0,96		6,10		4,88	48



Praga D. Pedro IV (Rossio), 45 - 1º a 3º · 1149-069 LISBOA

Tel: 21 324 38 10 · Fax: 21 347 60 95

e-mail: cpme@cpme.pt

Pág. Web: www.cpme.pt